

Jornal Pessoal

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO - EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - SETEMBRO DE 2022

<PROMPT> FOCAL LENGTH 50MM. 1/20S. F/16. ISO 100. COLOR ACTION
SCENE OF A CROWD OF PARAENSE CABANOS, MEN AND WOMEN,
FIGHTING IN THE CABANAGEM REVOLUTION IN BELÉM DO PARÁ IN 1835.
THE BACKGROUND CONTAINS A FRIGATE. THEY ARE WEARING VERY
SIMPLE BROWN AND RED CLOTHES. SOME OF THEM WEAR STRAW HATS.
THEY HAVE PHOTOGRAPHIC FACIAL EXPRESSIONS. SOME OF THEM HAVE
SHOTGUNS. THE SCENE HAS A LOT OF MOVEMENT.



O POVO EM ARMAS NA AMAZÔNIA

Na madrugada de 7 de janeiro de 1835, enquanto a cidade dormia, quatro colunas de homens armados atacavam Belém, desencadeando a mais sangrenta e importante insurreição popular do império brasileiro. A Cabanagem não se restringiu aos cinco anos de luta intensa entre rebeldes e legalistas. Suas origens podiam ser fixadas no momento em que o Estado português assumiu o controle absoluto da economia amazônica e impediu os possíveis protestos através de uma opressiva ditadura política. A “inteligência” nacional procurou

revelar essa dominação, tornando-a um fato preferencialmente político, mas a revolta só irrompeu depois de uma irreversível polarização entre possuidores e despossuídos.

A Cabanagem reduziu em quase um terço a população do Estado do Pará, provocando a morte de aproximadamente 30 mil pessoas, segundo os raros depoimentos da época e alguns dos seus intérpretes. Deixou vilas praticamente sem habitantes, levou ao abandono várias atividades econômicas, criou ódio e conflitos entre colonizadores e nativos que, até hoje, não se apagaram inteiramente.

OS TESTES SANGRENTOS
página 08

ANTOLOGIA CABANA
página 17

QUANDO O BRASIL OFERECE A AMAZÔNIA AOS INGLESES
página 21

Editorial

Esta edição extraordinária do *Jornal Pessoal* de Lúcio Flávio Pinto faz parte do conjunto de trabalhos *Nheenga Cabana*, desenvolvido por nós, Giseli Vasconcelos e Pedro Victor Brandão, como parte da exposição *Atos de revolta: outros imaginários sobre independência*, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023.

A exposição oportuniza o bicentenário da Independência do Brasil para repensar este processo histórico a partir de levantes, motins e insurreições durante o Primeiro e Segundo Reinado e o período regencial. Em um contexto de atualizações, escolhemos mergulhar nos escritos de Lúcio Flávio Pinto sobre a Revolução da Cabanagem, especificamente os artigos publicados no blog <https://cabanagem180.wordpress.com>, que desde 2014 funciona como um repositório de informações, documentos, referências e bibliografias sobre uma revolta violenta, que resultou em algo raro no país: o povo no poder. Um arquivo valioso que em parte vemos republicado aqui.

Trazer este conteúdo em forma impressa e com distribuição gratuita, presta uma homenagem à história do *Jornal Pessoal* e sua importância na trajetória das publicações investigativas independentes no Brasil. Este

jornal, criado por Lúcio Flávio Pinto, sobreviveu corajosamente por mais de 3 décadas, com análises e perspectivas que explicam situações difíceis de compreender sobre a região, desmitificando a visão exótica, e destacando os reveses e a dimensão do desenvolvimento histórico da Amazônia. Selecionamos artigos em quatro eixos: introdução, cronologias, bibliografias comentadas em profundidade seguida da apresentação de personagens, ilustres e anônimos.

As imagens incluídas nesta edição e também as que estão impressas em grande formato na exposição foram todas geradas com tecnologia recentes em que modelos de aprendizado de máquina, através de inteligência artificial, criam interpretações visuais de alta complexidade a partir de descrições de texto (*prompts*) em linguagem natural como o português, o inglês ou o nheengatu (língua hegemônica amazônica durante o período da Cabanagem). Nós trabalhamos com as ferramentas *DALL-E 2*, *MidJourney* e *Stable Diffusion*, todas em sua fase de pré-lançamento (beta) disponibilizadas a partir de modelos treinados com centenas de milhões de imagens em conjunto com suas descrições de conteúdo e metadados. As entradas de texto com as quais

(co)criamos os arquivos com essas máquinas têm sua origem nos próprios textos de Lúcio, e serviram de matriz para a geração de imagens. Ao longo desta edição, frases e termos sinalizados no texto indicam que estes trechos foram utilizados para a criação de *prompts*. E, nas legendas das imagens, estão algumas das descrições alimentadas nas ferramentas geradoras.

Buscamos colocar à prova os eventos ao redor da Cabanagem para criar uma contação de história visual, e porque não, surreal, como nos remete à região em que a revolta ocorre. Uma Amazônia que não era Brasil. Extraímos imagens inéditas dando um sentido oracular e simultaneamente, testando os limites, os perigos, os vieses e as qualidades interpretativas destas tecnologias que estão requalificando o estatuto da imagem contemporânea em novas relações entre pessoas e máquinas.

Esta publicação também estará disponível em formato digital considerando diálogos com Lúcio em que identificamos a necessidade de hospedar o arquivo de forma permanente na internet.

O COMEÇO DA REVOLTA

Escrevi este texto para minha página dominical, que já levava o título de Jornal Pessoal, publicada em fevereiro de 1974 em O Liberal. Eu a enviava de São Paulo, onde ainda morava. Junto com o texto, que pretendia homenagear os 139 anos do movimento, mandei uma entrevista que fiz com Vicente Salles, e que foi incorporada ao seu livro Memorial da Cabanagem. O texto de 1974 pode servir de introdução ao tema para o público, cumprindo a mesma função que desempenhou na sua origem. Este texto não tem a pretensão de ser um estudo sobre a Cabanagem. É um trabalho jornalístico de divulgação, inquieto e crítico. Uma lembrança e um convite. Ele é dedicado ao poeta Ruy Barata, e ao historiador Ernesto Cruz, que possibilitou a consulta a documentos originais e incentivou minhas pesquisas, com sua proverbial paciência e seu incansável vigor na descoberta de material bruto para análise, sua e dos que o seguirem.

Quando a revolução irrompeu em Pernambuco, em 1817, o governo paraense adotou “todas as medidas de rigor e severidade” para impedir que o espírito da insurreição influenciasse o Pará. Os navios que vinham do Nordeste eram submetidos a minuciosa revista. Aquelas terras do Pará não deviam conhecer o que se passava em Pernambuco.

O temor era justificado. Desde que, na metade do século XVIII,

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do poderoso marquês de Pombal, implantou um amplo sistema econômico que colocou nas mãos dos portugueses – e principalmente do Estado – todas as atividades produtivas da região, era crescente o sentimento de revolta, partilhado pelo clero (Furtado expulsara quase todos os religiosos). Não apenas uma camada social urbanizada e em certa medida intelectualizada, inspirada nos ideais europeus e norte-americanos, começava a demonstrar sua reação ao colonialismo, mas também a massa de trabalhadores, especialmente escravizados, multiplicava as tentativas de levante insurrecional.

Justamente para fazer frente “às frequentes desordens, abusos e crimes cometidos pelos nativos”, o governo criou a comarca da Ilha Grande de Joanes (Marajó), um ano antes da revolução pernambucana. A nova base permitiria a descentralização de funções econômicas importantes naquela área, mas também da vigilância policial (eram contínuos os saques às fazendas por escravizados fugidos). Em 1817, numa evidente demonstração de que a metrópole via com interesse e preocupação a situação na província, o governador destacado para o Pará foi o próprio conselheiro do rei e seu copeiro-mor, além

de brigadeiro de cavalaria do exército, Antônio José Menezes, conde de Vila Flor.

Já quando o marquês de Pombal nomeara seu próprio irmão para governador a distante província do Grão-Pará e Maranhão (compreendendo os territórios do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá atuais), criando um autêntico vice-reinado no Brasil, ficara claro que a importância atribuída à Amazônia decorria da situação social explosiva, do permanente interesse dos estrangeiros por ela, das riquezas que os colonizadores sempre lhe atribuíram e da intenção de Lisboa de não ceder aos brasileiros que se tornassem independentes essa parte do país.

Nos 45 anos de funcionamento, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão trouxe, juntamente com grandes lucros para a coroa portuguesa, 38.332 negros escravizados para a Amazônia, convertendo-os em um terço da população total.

Convivendo com a insubordinação do habitante nativo, o negro encontrou no sertão boas oportunidades para a fuga do cativeiro. Paralelamente às pequenas rebeliões, multiplicaram-se os mocambos. Uma das maiores revoltas ocorreu em 1809: remetidos de Caiena para o Pará, negros escravizados se insurgiram e mataram os guardas que os condu-

ziam, se refugiando num quilombo, na embocadura do rio Cunani, entre o Cassiporé e o Calçoene.

Em 1916, as tropas regulares de Belém entraram em alerta, ocupando o Largo da Pólvora para guardar o armazém. Circulava o boato de que os negros aquilombados atacariam a cidade. Mas o ataque não veio. Embora sem a constância dos negros, os indígenas também se rebelavam contra a escravidão. Em 1816, eles envenenaram e mataram o brigadeiro inspetor das milícias, Joaquim Pereira Pinto, famoso pelas severas punições que mandava aplicar nos indígenas.

A agitação política

Nas principais cidades se formava uma nova classe social: eram militares, intelectuais, padres, funcionários públicos, ligados por origem ou interesses econômicos, recebendo alguma influência das novas ideias que circulavam pelo Novo Mundo e a Europa. Não apenas em Belém, mas em lugares como o Acará, se multiplicavam as propriedades rurais de brasileiros, de significativa expressão econômica, além de uma crescente atividade artesanal (havia uma serraria no Acará, por exemplo).

Mesmo antes da revolução pernambucana, essas pessoas já divulgavam ideias contrárias ao regime vigente. Como ideólogos da nova corrente, os religiosos desempenharam um papel decisivo. O seminário de Belém, com sua valiosa biblioteca, era o único centro organizado de fermentação intelectual. Daí saíram os principais contestadores do sistema (e a Igreja perdera a hegemonia na produção com o

surgimento dos diretórios, controlados pelo aparato estatal).

Em 1815, o franciscano Luís Zagalo colocou em prática, pela primeira vez no Pará, ideias liberais que já vingavam, apesar da vigilância do governo. Adepto do iluminismo francês, que deve ter aprendido em Caiena (a vizinhança do Pará com a concessão francesa teve certamente papel decisivo na propagação das novas ideias), Zagalo não apenas entrou em choque com os dogmas religiosos tradicionais, mas incitou os escravizados a reclamarem a liberdade. A situação se tornou tensa e o religioso foi expulso do Brasil.

Embora posteriormente o governo tenha procurado aumentar a dependência financeira da Igreja em relação ao Estado (um decreto de 1820 elevou extraordinariamente o auxílio ao clero) e evitar que ela se tornasse um polo independente, as ideias cresceram entre o baixo e médio clero. Aos poucos eles foram se juntando a uma classe citadina, dando a feição de organização política ao movimento que germinava. O sermão pronunciado em 1821 pelo vigário da segunda maior freguesia de Belém, pedindo uma constituição, era um indício de que as ideias já estavam suficientemente amadurecidas pelos grupos secretos dos adeptos da independência.

A oposição à escravatura

O ano de 1821 demonstrou que a reação à escravatura crescia. Uma expedição foi enviada de Belém para combater os mocambos que se desenvolviam nas proximidades da capital, “dos quais rompiam os pretos fugidos a invadir

as casas e desalojar os viajantes”. Aproximadamente 500 escravizados foram recapturados.

No exército, a proporção de descontentes também era grande. O recrutamento militar obrigatório, ao qual estavam sujeitos todos os jovens do interior, criava grande insatisfação entre os agricultores, que se viam privados da sua melhor força de trabalho. Os dízimos e os impostos, fazendo com que todas as atividades econômicas fossem desestimulantes aos nacionais, agitavam ainda mais a oposição. O comércio clandestino entre brasileiros e ingleses, franceses e norte-americanos, que constituía a única fonte de renda para os nativos e uma atraente atividade para os estrangeiros, era reprimido duramente pela força colonial.

Em 1820, o paraense Felipe Patroni sentiu a tensão e começou a se reunir com alguns comandantes militares para traçar um plano contra o governo. Os comerciantes acompanharam as manobras do acadêmico de 21 anos, recém-chegado de Lisboa, mas não intervieram imediatamente. A posição dos portugueses era clara: se o movimento que Patroni articulava pretendesse apenas a incorporação da província às conquistadas, representadas pela constituição lusitana, aceitariam. Somente se propusesse a independência é que o repeliriam.

O governo também fez vista grossa e se negou a reprimir as sociedades secretas. O historiador Antonio Baena, defensor do colonialismo português e participante da reação à autonomia nacional, estranhou que a junta governativa visse a agitação e não combatesse o movimento “irregular ou faccioso tendente a perturbar a ordem estabele-

cida". Com o beneplácito do poder, os partidários políticos começaram a se organizar.

Designado para representar a junta governamental na corte, Patroni voltou logo a Lisboa. Mas de lá enviou, como seus emissários, os irmãos Vasconcelos. Os dois passaram a desenvolver intensa atividade pela causa da independência: distribuíram boletins, proclamações e manifestos "subversivos". Uma das circulares que espalharam trazia impressa uma divisa com duas mãos juntas, uma branca e outra preta, e uma recomendação de que se esperasse por Patroni. Ele brevemente viria "mudar a ordem das coisas". Os panfletistas foram presos e instaurado um processo tendo Patroni como cabeça. Os Vasconcelos, em seguida, foram deportados para Lisboa, onde ficaram encarcerados até 1822.

<PROMPT> FOCAL LENGTH 50MM. F/8. 1/60S. ISO 100. BLACK AND WHITE FILM STILL ACTION SCENE OF THE NEWSPAPER O PARÄENSE IS BEING PRINTED IN AN OLD TYPOGRAPHIC PRESS IN BELÉM DO PARÁ IN 1822. THE ROOM HAS THE TYPOGRAPHIC PRESS AND PEOPLE WORKING AROUND THE MACHINE.



A falsa adesão

A adesão à independência, transformada em solenidade pelos próprios portugueses, nada significou para os nacionalistas do Pará. Quando descobriram a manobra de John Pascoe Grenfell, militar que mentira anunciando que chegava a Belém antecedendo uma grande armada enviada pelo império, os negociantes chegaram a planejar a morte do mercenário. Mas logo perceberam não ser necessário: as armas, controladas pelo regimento imperial, eram entregues aos portugueses e bloqueadas aos brasileiros. A repressão no período culminaria em outubro de 1823 com o massacre dos participantes da rebelião do dia 15 nos porões do brigue *Palhaço*: dos 256 que foram presos, apenas quatro escaparam da morte.

Os paraenses jamais esqueceriam esse morticínio, do qual compactuava o próprio enviado do governo nacional, Grenfell. E de 1824 a 1831, seriam organizadas novas e violentas represões do exército ainda colonizador contra possíveis iniciativas de insurreição popular.

Líder entre dois mundos

De Lisboa, Patroni manteve seus contatos e foi ativando o movimento, que conseguiu depor a junta e proclamar, a 1º de janeiro de 1821, a adesão do Pará à revolução constitucionalista do Porto. O fato de a província ter sido a primeira no Brasil a aderir ao constitucionalismo português demonstrava que os comerciantes aceitaram as reivindicações

dos nacionais, mas as restrin-
giam ao aspecto constitucional
do regime.

O cônego Batista Campos, po-
rém, o líder mais radical de todo
o conturbado período, achava
que a luta não se esgotava nesse
ponto: ela teria que se estender à
proclamação da independência
e ao estabelecimento da repú-
blica. Por isso continuou a articular
a sublevação, a ponto de a nova
junta pedir ao bispo providê-
cias para acabar com as reuniões
na casa dele, “o qual com geral
escândalo perturba a boa ordem
e sossego público, e intenta
avassalar as sociais virtudes ao
domínio da moral corrompida”.

Com a revogação da ordem
de prisão dada pelo governo,
Felipe Patroni retorna a Belém
em janeiro de 1822 e retoma a ti-
pografia que mandara de Lisboa
confiscada pelo governo. Com
a adesão de todos os grupos
oposicionistas, lança o primei-
ro número de *O Paraense* (1 de
março de 1822). O ambiente era
de grande opressão, promovida
pelo brigadeiro José Maria de
Moura, removido de Pernambuco
para o Pará justamente para
reprimir a propagação das novas
ideias liberais.

As críticas feitas pelo jornal
provocaram a ira do brigadeiro.
Moura procurou intimidar o só-
cio de Patroni, o tenente-coronel
Simões da Cunha. Patroni reage
com críticas violentas. Seu jornal
“não pode ser amordaçado pela
prepotência, uma vez que tem
um programa a defender e uma
finalidade a realizar”. Intimi-
dado, Simões retira os tipos e o
único tipógrafo do jornal. Ainda
assim, *O Paraense* continua a cir-
cular. O brigadeiro decidiu então
organizar a invasão armada do
jornal. Alertado, Patroni imedia-
tamente transferiu a oficina para
outro local.

A 25 de maio de 1822 Patroni
foi preso e passou a responder
a processo por “propagar ideias
de alçar sobre as ruínas da Cons-
tituição adotada e jurada por
todos os portugueses o pendão
da revolta e da independência do
Brasil”. Foi também acusado de
pretender fazer a revolução com
o auxílio dos escravizados, “para
cujo fim os seus precursores
haviam espalhado uma circular”.

Enquanto Patroni era envia-
do preso para Portugal, Batista
Campos começou a editar *O Pa-
raense*. Passou a publicar maté-
rias ostensivamente favoráveis
à independência, como a procla-
mação de D. Pedro I e os artigos
dos jornais fluminenses a favor
da emancipação. Batista Cam-
pos foi preso seguidas vezes,
mas sempre que era libertado
havia grande agitação popular
e as críticas aos portugueses
se tornavam mais abertas.
Irritado, o brigadeiro mandou
agredir o cônego, que sofreu
vários ferimentos na cabeça e
no rosto. Ainda assim, o jornal
continuou a circular.

A reação lusitana

A agitação cresceu, mas a junta
de governo não a reprimiu. A
atitude irritou tanto o coman-
dante das armas que ele amea-
çou responsabilizar a junta ao
rei pela falta de providências.
Exigiu nova prisão de Batista
Campos e do bacharel Joaquim
Cerqueira e Silva. Pediu ainda
a repressão armada contra os
colaboradores dos “projetos
de uma revolução, que agite
e dilacere a Província”, e uma
devassa que “faça responsá-
veis os juízes ordinários e mais
autoridades das vilas e lugares

da Província, pela tolerância de
escravizados armados”.

Segue-se um período de su-
cessivas denúncias e prisão de
suspeitos (advogados, militares e
funcionários públicos), que o co-
mandante das armas acrescenta
aos “negros e pardos” suspeitos
de conspirações.

Batista Campos, preso mais
uma vez, diz ao brigadeiro Mou-
ra – que o interroga pessoal-
mente – que seu partido “era
maior do que se pensava, pois os
meus patrícios não são como os
pernambucanos: eles falam, mas
também obram”. Batista Campos
foi solto e voltou a publicar os
artigos que lhe chegavam do
Rio de Janeiro.

Temendo a situação e já sem
confiar na sua própria tropa, o
brigadeiro Moura pediu dire-
tamente à corte, em Lisboa, a
remessa de pólvora, sal, pedra e
duas corvetas ou bergantins de
guerra. A junta, prevendo a dis-
posição do comandante das armas,
manifestou a intenção de criar
um Corpo de Polícia próprio e
começou a boicotar o militar.

O brigadeiro ficou alarmado
com a expansão das forças
brasileiras e decidiu criar seu
próprio esquema militar. Ten-
tou reunir mil homens, enviou
oficiais a Lisboa para trazer “um
corpo de tropa bastante para
baldar as agressões internas e
externas”. Pediu também ajuda
financeira ao Maranhão e ao
Piauí para que sustentasse as
tropas que deslocaria para essas
duas províncias, ambas sob sua
jurisdição, a fim de combater os
independentes.

A fuga de Batista Campos
para o interior, perseguido
pelos soldados de José Maria
de Moura, e o fechamento de
O Paraense não diminuíram a
agitação. Os conspiradores
fizeram a maioria da câmara

de vereadores da cidade, mas o coronel João Pereira Vilaça, comandante do 1º Regimento de Linha, deu um golpe armado e dissolveu todas as juntas “para salvar a Província dos horrores de uma guerra civil”. Preocupava-o apenas que “os favoráveis à independência não assumam o poder político”.

A nova junta que impôs foi composta apenas por proprietários rurais, burocratas, militares e o bispo. Em seguida, deportou todos os integrantes da junta antiga, eleitos pelo povo, exceto Batista Campos, que conseguiu escapar. Tentou expandir seu exército, mas apenas os comerciantes portugueses compareceram ao alistamento militar que organizou. O número foi insuficiente para as suas pretensões. Dos 12.471 habitantes de Belém nesse ano, 5.643 eram brancos e 5.719 negros escravizados.

No dia 14 de abril, um grupo de militares deu um golpe para depor o comandante das armas, mas a falta de experiência e a fragilidade do movimento impediram sua progressão. Imediatamente os chefes da rebelião foram presos. Mas a insatisfação já era grande mesmo nos escalões superiores do exército, o que levou o brigadeiro Moura a reforçar a vigilância. A 28 de maio, uma nova insurreição se forma em Muaná, onde, pela primeira vez, é proclamada a adesão do Pará à independência e constituído um governo inteiramente nacional. Mas ele durou pouco: foi violentamente dissolvido pelas autoridades portuguesas. 80 brasileiros morreram na prisão.

O período de agitação

Quase todos os historiadores dividem a Cabanagem em dois períodos, como se nada os ligasse: a fase da adesão à independência, entre 1821 e 1824, com um vácuo intermediário sem expressão, e da irrupção do movimento, em 1835, ao ano seguinte, da “pacificação” do Pará por força militar. No entanto, a história parece ter preparado lentamente os elementos que levariam à violenta revolta.

É possível dizer que ela foi fermentada no jornal de Patroni, *O Paraense*, e nos panfletos que circularam em Belém, apesar da vigilância das autoridades, pregando a derrubada do governo, dominado pelos portugueses. Fechado *O Paraense* e preso Patroni, o cônego Batista Campos, que continuou a publicar o jornal, se revelou um político mais combatente e inflamado. Ele sabia que a luta contra a dominação portuguesa tinha que ser levada à massa da população – e não se restringir a um ajuste de contas da elite. Por isso, além do trabalho panfletário, promovia a agitação política entre os descendentes de indígenas e de negros. E acabou formando um partido radicalmente contrário à dominação lusitana.

Arrochados pelo imperialismo comercial de Lisboa e muito ligados às ideias europeias de liberdade, os intelectuais paraenses (em seu sentido mais amplo) entenderam que sua única opção seria unir suas reivindicações econômicas à fermentação latente da insurreição de escravizados e indígenas. No início do século XIX, um terço da população de Belém era constituída de negros escravizados e outro terço de caboclos, ambos subjugados por

uma exploração cruel, que lhes impedia de desenvolver atividades produtivas de subsistência.

Os lavradores, sendo obrigados a pagar impostos e dízimos excessivamente pesados, entregavam seus filhos ao alistamento militar, que impedia a continuidade da lavoura, e vendiam seus produtos a preços insignificantes nas cidades. A saída para os escravizados era a fuga para o interior, formando centenas de mocambos, em geral, destruídos pelas expedições armadas.

Esse atrito social ganhou expressão política quando a massa da população identificou seus objetivos com o jogo da facção dos pequenos fazendeiros nativos, residentes em sua maioria no Acará, engrossando suas fileiras. Os negros libertos e os escravizados já procuravam outras formas de reação que não a fuga para a mata e o grupo revoltoso da cidade tentava se aproximar deles para atacar com mais eficiência o domínio do comércio português. O período entre 1824 e 1831 é marcado por violentas repressões armadas da tropa oficial, ainda colonizadora, contra as tentativas de insurreição popular.

O próprio governo da regência contribuiu decisivamente para que a onda de violência levasse a uma explosão quando enviou ao Pará, em 1831, uma expedição com a finalidade de acabar “de qualquer maneira” com a agitação política na província. Ocorreram verdadeiras chacinas, o que contribuiu indiretamente para apressar a reorganização do movimento, que seria interrompida pela morte de Batista Campos, uma semana antes de irromper a Cabanagem. Em torno de Félix Clemente Malcher, num engenho próximo à Belém, começa uma nova fase: a da ação armada.

OS TESTES SANGRENTOS

Aos 19 anos, o guarda-livros Eduardo Nogueira só pensava em desenvolver seu talento e chegar a um “futuro grandioso”. Economizava para comprar terras e passagens para uma viagem ao redor do mundo. Mas, ao lado dessas ideias descomprometidas, sua neta, Dilke Barbosa Rodrigues, sua única biógrafa, garante que ele já desenvolvia alguns ideais políticos. Teria sido incentivado inicialmente por um professor particular muito dedicado e, depois, por leituras isoladas, quando os conhecimentos do professor se esgotaram.

As obras de Aristóteles e Chateaubriand, segundo Dilke, influenciaram as ideias políticas essenciais de Eduardo: a necessidade da república e a abolição da escravatura. No jovem cearense expulso pela seca para o Pará com toda a família, começava a se processar a síntese das aspirações dos homens do seu tempo.

Se até 1831 sua vida parecia destinada a sonhos sobre igualdade e prosperidade econômica, os acontecimentos sangrentos daquele ano o levaram por outros rumos. Numa tarde de abril, um grupo de jovens foi até a loja onde Eduardo trabalhava para convocá-lo para ser o chefe de um movimento já organizado que pretendia depor o presidente da província. Eduardo aceitou porque um dos participantes era o seu irmão, Geraldo. Era também uma boa oportunidade de

pôr em prática os seus planos: “liberdade dos escravizados, mudança no regime da corte, independência do domínio estrangeiro”.

A partir daí, ao Nogueira foi acrescido o título de Angelim, madeira rija da Amazônia. Ele foi às suas terras e começou a arregimentar gente para o movimento, caboclos e negros que recebiam como uniforme uma farda vermelha, tingida com a casca de uma fruta, o muruci, e botas bem altas para evitar as mordidas de cobra. Lavor Papa-gaio, outro cearense, Francisco e Antônio Vinagre, Félix Malcher, Eduardo e Geraldo Nogueira comandaram a rebelião, sufocada sem dificuldades. Lavor desapareceu, Malcher foi preso, mas Angelim conseguiu fugir.

A conspiração recomeçou em Belém e na ilha das Onças, quartel-general da Cabanagem, até sua irrupção vitoriosa em 1835. Foi fácil para os líderes rebeldes recompor suas fileiras: o número de negros e caboclos dispostos a participar de um movimento armado contra os dominadores portugueses era muito grande. Rapidamente foi se fechando o cerco da capital, que, indiferente à gravidade dos problemas sociais que criava com sua exploração, vivia interessada apenas nos acontecimentos mundanos.

Ataque no Dia de Reis

No Dia de Reis de 1835, a população de Belém saiu às ruas com ânimo festivo para ver uma peça no Teatro Providência. Enquanto o presidente da província, Bernardo Lobo de Souza, dava brilho à encenação com sua presença, os cabanos começaram a ocupar os pontos estratégicos da cidade. Grande quantidade de homens armados se dividiu em quatro grupos: um se dirigiu ao palácio do governo e dominou facilmente seis soldados ebrios e adormecidos; dois outros assaltaram o quartel e também conseguiram a rápida adesão da tropa; o quarto invadiu o edifício da loja maçônica.

Guilherme James Inglis, que matara vários cabanos no começo do movimento, foi a primeira vítima do assalto. O presidente Lobo de Souza foi morto num terreno baldio, quando tentava ir da casa da amante para o palácio. Quase sem tiroteio, a cidade foi tomada rapidamente. O fazendeiro Félix Clemente Malcher foi aclamado primeiro presidente cabano e Vinagre seu comandante das armas. Angelim não aceitou os postos que lhe foram oferecidos. Ou porque não foi abolida a escravidão, como ele queria, ou pelo encantamento dos olhos azuis de Luzia Clara, com quem acabara de casar e com quem sonhava viajar para a Europa.

Logo Malcher, muito moderado, e Vinagre, extremamente radical, se desentenderam. Angelim surgiu como elemento mediador e catalisador. Por isso, ele rompeu com Malcher e foi preso num navio de guerra. Quando Malcher foi deposto e morto por Vinagre, Angelim fugiu num escaler e retomou sua posição. Termina aí a primeira fase das lutas da Cabanagem: um governador legal é nomeado para governar o Pará.

Começa a revolta

O recesso de lutas pela chegada do novo governador, mandado do Rio de Janeiro com a missão de pacificar o Pará, duraria pouco. Embora os líderes locais procurassem conter a insatisfação geral, esse sentimento já tinha se alastrado pela massa da população, que via insatisfeita a permanência das mesmas pessoas que exploravam o controle do poder e a exploração do povo.

Quando o presidente Manuel Jorge Rodrigues mandou prender Francisco Vinagre e mais 300 cabanos, a insatisfação explodiu. Angelim conseguiu fugir para o interior, onde organizou a “guerra de morte ao marechal Jorge Rodrigues”. A violência das palavras de ordem dos líderes e a insatisfação dos combatentes demonstravam que, desta vez, a rebelião iria até o fim.

As tropas legais, alertadas, já esperavam os cabanos. Traram com eles lutas sangrentas. Belém se transformou numa praça de guerra: os combates eram constantes nas suas ruas, navios bombardeando a cidade, muita gente fugindo às pressas e abandonando tudo para salvar a

vida. Muitos cabanos morreram, mas outros foram arregimentados imediatamente. Uma corrente de chifre não parava de tocar chamando os voluntários.

Os combates duram 11 dias e cada rua foi conquistada com muito sangue. O marechal Jorge Rodrigues conseguiu escapar, mas um grupo de soldados, que não foi avisado da retirada, ficou isolado na igreja do Carmo. Precedidos pelos escravizados, os cabanos atacaram com fúria. Só não há uma chacina porque Angelim intervém. Ao completar 21 anos, ele é eleito o terceiro governador cabano, depois de Francisco Vinagre.

A nova luta

Começava a fase mais crítica do movimento. Só um chefe com a autoridade de Angelim conseguia manter algum equilíbrio entre os revoltosos. O regente paulista Diogo Antonio Feijó envia para a capital paraense mais 3 mil soldados, em 11 navios de guerra, que se juntariam às 13 embarcações postadas na barra de Belém, sob o comando do general Soares Andréa, velho conhecido (e inimigo) dos paraenses.

Angelim garantiu, num comunicado da época, que o panorama seria outro se não houvesse o cerco, “pois as famílias, os empregados públicos e os negociantes ter-se-iam recolhido às suas casas como tem acontecido nas revoluções passadas”. Talvez manifestasse o desejo do grupo de liderança, porém não o do grosso da tropa. Principalmente para os negros, aquele seria o bom momento de levar às últimas consequências as rebeliões violentamente reprimidas até então.

O cerco ameaçador dos navios provocou reação na mesma

medida entre a população. Os comerciantes localizados pelos grupos mais exaltados eram sumariamente assassinados nas ruas. Em todos os documentos que divulgou nesse período, Angelim parecia muito preocupado em impor sua perspectiva política e evitar a predominância da revolta do povo oprimido. Aos poucos, porém, o rigoroso controle que sustentavam foi desaparecendo.

Interferência estrangeira

Surgiram ainda para os cabanos complicações externas. Em 1835, um navio inglês que transportava grande quantidade de material bélico para uma representante brasileira foi atacado e saqueado em Salinas. Sua tripulação foi assassinada, à exceção de um marinheiro, que conseguiu fugir.

O capitão C. B. Strong exigiu que Angelim mandasse hastear a bandeira inglesa no lugar da brasileira, saudando-a com 21 tiros de canhão, entregasse os assaltantes à justiça inglesa e pagasse a indenização devida à companhia, “porque a Inglaterra não permite que seus navios sejam molestados”.

Angelim respondeu que não hastearia o pavilhão inglês, nem ordenaria a salva de 21 tiros, porque o Brasil era um país independente e que só indenizaria os prejuízos se o governo central não o fizesse. Os saqueadores e assassinos seriam julgados pela justiça brasileira. O capitão Strong não recuou nas suas exigências e foi falar com Angelim em missão de paz. É aí que teria oferecido ao terceiro presidente cabano (segundo o depoimento do historiador Domingos Antônio

nio Raiol, que disse ter ouvido a história do próprio Angelim) dinheiro e auxílio militar para a sua luta contra o governo imperial e para separar a Amazônia do Brasil, transformando-a num vice-reinado inglês. Angelim recusou, ofendido, ordenando aos ingleses que se retirasse imediatamente da barra de Belém porque caso contrário mandaria bombardear a esquadra.

O cerco se tornara insuporável. A cidade despovoada, segundo o barão de Guajará, “apresentava por toda parte um aspecto sombrio e contrastador. Os rebeldes tinham descuidado inteiramente da limpeza pública. As ervas e os arbustos invadiam as ruas, as praças e as estradas”. Continua o relato do autor dos *Motins Políticos*: “As valas nem mais davam esgoto às ruas. Entulhadas de areia e lodo, formavam verdadeiros tremedais em vários pontos. Reconheceu-se então o grande estrago causado pela artilharia dos navios de guerra durante os nove dias de luta/batalha no mês de agosto. As casas estavam abertas e em ruínas, com raras exceções; umas quase demolidas, outras destelhadas e esburacadas ameaçavam desabar, não tendo muitas nem portas, nem janelas: os facciosos as haviam arrancado para servir-lhes de combustível nos diferentes misteres da vida, durante os oito meses e dezenove dias que estiveram senhores da Capital”

O novo enviado do governo do Rio de Janeiro, o brigadeiro Soares Andréa, apertou ainda mais o cerco a Belém. Sem poder resistir à fome e conter a violência que crescia, Angelim fugiu para o interior com seus homens. Andréa só entrou na cidade alguns dias depois, já seguro de que não haveria mais

resistência na cidade. Começou então a caçar os cabanos.

Angelim conseguiu escapar à primeira expedição de captura, apesar de ferido. Uma segunda expedição foi organizada: 8 navios e tropa de 1.130 homens foram usados para ir atrás dos fugitivos, até que, cercado, Angelim se rendeu. Outros grupos prosseguem nos combates, subindo o rio Amazonas. Tomam cidades, fazem muitas mortes, travaram duras batalhas. Em Óbidos, eles têm que enfrentar a reação organizada pelo padre Sanches de Brito. Também em Manaus se forma sólida resistência, comandada por Ambrósio Aires. Bernardino Sena e Marapajuba, à frente de 1.200 homens, conseguem se apossar de Manaus, da qual são expulsos em fins de agosto de 1836. Bernardino morre, enquanto Marapajuba foge com seus homens. É novamente derrotado nos rios Urubu e Autazes, onde morre.

Incompreensões e omissões

Há controvérsias sobre as mortes durante a Cabanagem? 20 mil, 30 mil ou até 40 mil para alguns, poucos milhares para outros, o balanço é tráfico por qualquer versão. Nessas hipóteses, as perdas representariam um quinto da população do Grão-Pará e Rio Negro. Capistrano de Abreu diz que a província estava menos povoada do que um século antes. Pelo menos três mil cabanos foram mortos depois que a rebelião já estava controlada e dentro do presídio em que se transformou a corveta *Defensora*, fundeada na baía.

O amazonense Araújo Lima isenta os cabanos de responsabi-

lidade pela maioria das mortes: “Eles não foram mais cruéis que os legalistas”. Dilke Barbosa Rodrigues segue na mesma direção: “As maiores ondas de violência dos cabanos sempre foram depois de alguma chacina praticada pelas tropas legais”.

João da Costa Palmeira aponta um contraste entre os modos de proceder: “A primeira providência do general Andréa ao entrar em Belém foi pedir mais dinheiro ao governo, enquanto os cabanos economizaram”. Andréa fez também o que nenhum cabano fizera, mesmo na fase mais sangrenta: mandou prender dois juízes de direito.

Angelim passaria 10 anos preso na ilha de Fernando de Noronha. Voltaria pobre e sem outra disposição além de sonhar com a proclamação da república no Brasil. A Cabanagem, abriu as portas para a penetração de um sistema econômico mais adiantado, arrebatando os grilhões da dominação portuguesa monopolista e criando condições para o surgimento de uma abertura que, ainda nesse mesmo século, os ingleses se utilizariam para serem os novos donos da economia mais avançada da região, fundada na exploração da borracha.

A Cabanagem foi, na verdade, o grito de emancipação política da Amazônia, com 13 anos de atraso da libertação nacional. Não levou à autonomia, nem promoveu a reconciliação da província com o poder central, do qual se distanciava ao longo do império. Não poderia ser de outra forma: enquanto enviava negociadores para parlamentar com os líderes da revolução farroupilha, no Rio Grande do Sul, Feijó mandava a tropa esmagar sem piedade os rebeldes do Pará. Esta medida do tratamento dispensado pelo império não seria esquecida pelos paraenses.

O BARÃO DO RIO BRANCO E A CABANAGEM



Durante 21 anos, entre 1891 e 1912, o barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior) pesquisou e publicou, no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, suas *Efemérides Brasileiras*, reunidas após a sua morte num volume de mil páginas. Advogado, diplomata, geógrafo, professor, jornalista e historiador, o barão foi fecundo.

De sua vasta obra, das efemérides (publicadas em dois volumes pelo Ministério das Relações Exteriores¹), extraí seus registros sobre a história do Pará no período dos “motins políticos”, entre 1821 e 1840. Ordenando os verbetes e os ajustando para uma leitura mais corrente, montei uma boa cronologia da cabanagem, nas suas origens, eclosão, desenvolvimento e fim.

Além da sequência por data, as observações do barão permitem identificar a visão do Rio de Janeiro, a capital do império, a partir das observações de um dos mais brilhantes intelectuais e políticos do período. Paranhos nasceu cinco anos depois que o imperador Pedro II anistiu os cabanos.

Cronologia

1821 [1º de janeiro] — Adesão do Pará à revolução do Porto para o estabelecimento do governo constitucional.

1823 [14 de abril] — Revolta na cidade de Belém do Pará a favor da Independência do Brasil. Os sublevados, dirigidos pelo major Boaventura Ferreira da Silva, se dispersaram, não achando apoio na maior parte da guarnição. Entre os paisanos, então presos, estava o jovem Bernardo de Sousa Franco, depois senador do Império e ministro.

1823 [11 de agosto] — Reconhecimento da Independência e do Império na cidade de Belém do Pará.

1823 [29 de agosto] — O comandante Grenfell chega à barra do Pará com o brigue *Maranhão* e envia à junta do governo ofícios do almirante lorde Cochrane.

1823 [15 de outubro] — Sublevação militar e popular em Belém do Pará. A tropa levanta-se à noite contra os seus oficiais e, reforçada por muitos desordens, depõe o presidente da junta de governo, Geraldo José de Abreu, aclamando presidente o cônego Gonçalves Campos. Depois, soldados e homens do povo, dirigidos por um cadete e um músico, começaram a arrumar e a saquear casas e lojas de portugueses. Os saques e os

assassinatos continuaram no dia seguinte.

1823 [16 de outubro] — O capitão-tenente John Pascoe Grenfell (não Greenfel, como se tem escrito) desembarca, com um corpo de marinheiros. As milícias e muitos habitantes armados unem-se a Grenfell, para restabelecer a ordem e desarmar os soldados dos três regimentos de infantaria de linha, de cavalaria e de artilharia.

1823 [17 de outubro] — O capitão-tenente Grenfell, depois de aprisionar e desarmar os soldados e paisanos que praticaram roubos e assassinatos em Belém do Pará, manda fuzilar cinco desses bandidos (dois sargentos, dois soldados e um paisano). O cônego Gonçalves Campos, considerado instigador do levante da tropa, esteve a ponto de ser executado também, mas Grenfell o enviou preso para o Rio de Janeiro.

A junta de governo dissolveu no mesmo dia os corpos de linha (três regimentos de infantaria, um corpo de cavalaria e outro de artilharia), organizou os soldados que não haviam tomado parte nas desordens e reforçou os corpos de milícias com muitos cidadãos armados, que se apresentaram voluntariamente.

1823 — Em 20 de outubro, o capitão-tenente Grenfell transferiu 256 soldados e paisanos

que figuraram nos roubos e nos assassinatos dos dias 15 e 16 para bordo do brigue *Diligente* (depois de *Palhaço*), fundeado diante do Pará. Grenfell, assim, cumpriu a requisição feita pela junta de governo do Pará, no ofício seguinte:

“Ilustríssimo senhor, as prisões da cadeia estão cheias com os celera-dos dos dias 15 e 16 do corrente; e, além de não caberem mais, exigem um grande número de milicianos para os guardar; as outras prisões são fracas e cedem à força: portanto, lembra-se a junta provisória que o brigue *Diligente* sirva de presiganga, para onde se passem os presos que, com uma pequena guarda, se podem conter, ficando aquele navio entre os de guerra. Deus guarde a vossa senhoria. Pará, no palácio imperial, 18 de outubro de 1823.

“Ilustre senhor John Pascoe Grenfell (assinados os membros da junta: Geraldo José de Abreu, presidente; José Ribeiro Guimaraes, secretário; João Henrques de Mattos e Félix Antônio Clemente Malcher)”.

Os presos foram postos no porão do *Diligente* e confiados à guarda de marinheiros, sob o comando do segundo-tenente Joaquim Lúcio de Araújo. À noite, devorados de sede, tentaram subir para o convés; o tenente Lúcio de Araújo os repeliu e mandou fechar as escotilhas. No dia seguinte, sendo estas abertas, verificou-se que tinham perecido 254 presos, que apenas quatro respiravam e que destes, só um poderia ser salvo. Em ofício de 23 de outubro, dizia a junta ao ministro do Império, José Bonifácio:

“[...] De noite, amotinaram-se, quiseram forçar as escotilhas, o que obrigou a guarnição a dar-lhes uma descarga, em que, com o mais extraordinário frenesi, lançando-se uns contra os outros, se esganaram e afogaram, escapando somente quatro, como consta do auto de corpo de delito e da devassa a que por semelhante respeito se procedeu. A tropa restante continua a estar desarmada, nem podemos por ora ter confiança nela; o serviço da praça é feito por milícias, e as rondas noturnas por cidadãos armados. O capitão-tenente Grenfell, comandante do brigue *Maranhão*, tem, com a força de mar, contribuído muito para a segurança e defesa da cidade, e podemos afirmar que, sem a sua cooperação, esta cidade estaria reduzida a um montão de ruínas. Tão relevantes serviços tem a junta provisória a honra de rogar a vossa excelência seja servido levar ao conhecimento de sua majestade.”

Ao capitão-tenente Grenfell nenhuma responsabilidade poderia caber pela desgraça ocorrida a bordo do *Diligente*; entretanto, quando chegou ao Rio de Janeiro, conduzindo a fragata *Imperatriz*, foi submetido ao Conselho de Guerra. Só depois de absolvido em última instância (19 de abril de 1826) foi Grenfell promovido a capitão de fragata (8 de maio deste mesmo ano) pelos distintos serviços prestados na Guerra da Independência. Meses depois, perdia um braço, batendo-se pelo Brasil no rio da Prata (30 de julho de 1826), e por serviços posteriores conquistava um dos maiores nomes da nossa história naval.

1831 [7 de agosto] — Sedição militar em Belém do Pará. O presidente visconde de Goiana é deposto e deportado, e outros cidadãos são remetidos presos para vários pontos da província.

1832 [12 de abril] — Sedição militar na Barra do Rio Negro (depois Manaus), na qual é assassinado o coronel Joaquim Filipe dos Reis, comandante militar da comarca.

1833 [16 de abril] — Combate nas ruas da cidade de Belém do Pará, ficando vencedor o partido que se opunha à posse do presidente Mariani e do comandante das armas, Correia de Vasconcelos, nomeados pela regência. O coronel Machado de Oliveira, que era apoiado por aquele partido, continuou no governo da província.

1834 [25 de outubro] — A expedição que subia o Acará desaloja os insurgentes emboscados em Guaiabá sob o comando de Francisco Vinagre. Compunha-se do brigue *Cacique*, da escuna *Bela Maria* e de três lanchões artilhados, sob o comando do capitão de fragata Guilherme Inglis, e de cerca de 300 homens comandados pelo coronel Manuel Sebastião Marinho Falcão. O coronel foi morto neste combate.

1834 [27 de outubro] — Durante a noite, os insurgentes do Pará atearam fogo sobre os navios do capitão de fragata Inglis que subiam o Acará. Houve alguns mortos e feridos a bordo.

1835 [7 de janeiro] — Insurreição na cidade de Belém do Pará. Os insurgentes assassinaram o presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa, o comandante das armas, coronel Joaquim José da Silva Santiago, e o chefe da estação naval, capitão de fragata Inglis. Foram aclamados: presidente, Félix Antônio Clemente Malcher; e comandante das armas, Francisco Pedro Vinagre.

Começou assim a Guerra Civil chamada dos cabanos. A insurreição só ficou de todo vencida em fins de 1836, excetuada a comarca do Rio Negro, depois província do Amazonas, onde os cabanos só depuseram as armas em princípios de 1840.

O coronel Santiago se destacou durante a Guerra da Independência, na Bahia; e, como comandante das armas de Pernambuco, de 9 de março de 1832 a 16 de novembro do ano seguinte, dirigiu as forças em operações contra os cabanos.

O capitão de fragata Inglis, pardo da Jamaica, servia na nossa Marinha desde 28 de julho de 1823. Era, talvez, o melhor marinheiro da época e foi dos mais intrépidos comandantes durante a guerra de 1826 a 1828, distinguindo-se em muitos combates e tomado os corsários argentinos *Niger* e *Feliz*. O almirante barão do Rio da Prata, em ofício no 336, escreveu o seguinte sobre Inglis:

“O *Caboclo* (brigue comandado por Inglis) foi, no tempo de Grenfell, açoite dos inimigos, no bloqueio, e não tem sido menos no tempo do atual comandante, em todo o sentido perfeitíssimo oficial. É sempre o primeiro e quem tira os melhores resultados; e é tal a opinião geral, que nem os seus camaradas se declararam êmulos. São tantas as ocasiões em que este homem se destacou que me obrigaram a despachá-lo capitão de fragata; embora fosse capitão-tenente há pouco”.

1835 [19 de fevereiro] — Rompimento de Francisco Pedro Vinagre, comandante das armas do Pará, contra o presidente Félix Antônio Clemente Malcher. Eram essas as duas autoridades aclamadas depois da sedição de 7 de janeiro, que começara pelo assassinato dos distintíssimos

oficiais: o presidente Lobo de Sousa, o comandante das armas Silva Santiago e também do chefe da estação naval, o capitão de fragata Guilherme James Inglis.

Com os sediciosos estava o primeiro-tenente Germano Aranha, que muito influiu para que os seus camaradas da marinha reconhecessem os fatos consumados e a autoridade dos dois caudilhos. Francisco Vinagre, ao ser informado de que Malcher queria prendê-lo, dirigiu-se para o Arsenal de Guerra, e aí pode repelir o ataque de 300 homens, que tinham sido enviados contra ele.

Derrotados os assaltantes, Vinagre os perseguiu até o Castelo, onde Malcher se refugiou, com os seus partidários. As forças que dispunha Francisco Vinagre, engrossadas por muitos homens do povo, cercaram esse forte e o Hospital Militar, ocupando o Seminário Episcopal e as casas vizinhas.

Por ordem de Malcher, o primeiro-tenente José Eduardo Wandenkolk, que exercia o cargo de capitão do porto e comandava interinamente a estação naval, rompeu o fogo contra o Arsenal de Guerra, o palácio do Bispo, o Seminário e outros edifícios ocupados pelas forças de Vinagre. Wandenkolk conservou-se a bordo da corveta *Defensora*, comandada por seu irmão, o primeiro-tenente João Maria Wandenkolk.

Além desse, sustentaram o fogo durante todo o dia os seguintes navios: brigue *Caci-que* (primeiro-tenente Lopes da Silva), escuna *Bela Maria* (segundo-tenente Secundino Gomen-soro), escuna *Alcântara*, barca *Independência* (primeiro-tenente J. T. Sabino) e iate *Mundurucu* (primeiro-tenente F. de Borja). Disse assim o então primeiro-

-tenente Oliveira Figueiredo em depoimento, em 25 de Julho de 1835, perante o Conselho de Investigação:

“Que espetáculo triste e revoltante era ver uns poucos navios de guerra brasileiros despejarem sem piedade, sobre uma cidade também brasileira, suas artilharias, por ordem e com o fim de sustentar na presidência um criminoso, chefe dos sediciosos assassinos de 7 de janeiro!”

À noite, Malcher retirou-se para bordo da esquadra, deixando a defesa do Castelo entregue ao primeiro-tenente da armada, Antônio Maximiano da Costa Cabedo.

1835 [20 de fevereiro] — Continua o combate, em Belém do Pará, entre os partidários de Francisco Vinagre e os de Malcher. A esquadra recomeçou na madrugada o ataque, que suspendera na noite anterior.

1835 [21 de fevereiro] — Francisco Pedro Vinagre toma posse do cargo de presidente da província do Pará.

1835 [12 de maio] — Dominada por Francisco Vinagre, Belém é atacada por ordem do presidente do Pará, Ângelo Custódio Correia, que estava a bordo da fragata *Imperatriz*. A esquadra respondeu ao ataque dos insurgentes, forçando-os a desamparar as fortificações. Desembarcaram então marinheiros, guardas nacionais e voluntários, ao mando do major Carneiro.

Os marinheiros, dirigidos pelo primeiro-tenente Moraes e Vale (Rafael) e pelos segundos-tenentes Elisiário dos Santos e Ferreira da Veiga, levaram de vencida os contrários, mas, não sendo apoiados pelos guardas

nacionais, tiveram de retirar-se. A expedição reembarcou em desordem e, havendo recomeçado o fogo de artilharia de terra, o vice-presidente ordenou que a esquadra fosse fundear na baía de Santo Antônio. A Marinha teve 62 homens fora de combate e os guardas nacionais e voluntários 16 mortos e feridos, sem contar os afogados.

1835 [25 de junho] — Desembarque do general Manuel Jorge Rodrigues (depois barão de Taquari) em Belém do Pará.

1835 [23 de julho] — Anarquistas cabanos do Pará, em número de 800 e dirigidos pelo ex-sargento Portilho, de municipais, atacam e tomam a vila de Vigia, apesar da heroica resistência da Guarda Nacional e dos habitantes, sob o comando do tenente-coronel Raimundo Antônio de Sousa Álvares. Este comandante, um major, três capitães, um alferes e mais de 70 guardas nacionais foram mortos. Os rebeldes assassinaram, depois, quantos habitantes puderam alcançar e saquearam a vila.

1835 [14 de agosto] — Nas ruas da cidade de Belém começa, neste dia, e termina na noite de 22 para 23, um dos mais renhidos combates da Guerra Civil Paraense. Pelas 10h, a cidade foi invadida por 2.987 cabanos, dirigidos por Antônio Vinagre. O presidente da província, general Manuel Jorge Rodrigues, dispunha de uns mil homens de tropa e de marinhagem, além de 400 paisanos armados que acabava de reunir (voluntários nacionais). Duas corvetas estrangeiras (inglesa e portuguesa) desembarcaram parte de suas guarnições e auxiliaram a defesa.

Os cabanos fizeram trincheiras em várias casas, interceptando a comunicação entre Arsenal e Palácio, posições ocupadas pelos legalistas. Neste primeiro dia, o fogo durou das 10h às 18h.

1835 [16 de agosto] — Continua em Belém do Pará o combate começado no dia 14. Ao amanhecer, as fragatas *Campista* e *Imperatriz*, e as corvetas *Regeneração*, *Racehorse* (inglesa) e *Elisa* (portuguesa) varreram os dois flancos do arsenal e reduziram a ruínas as casas vizinhas.

Só então, tendo sofrido enormes perdas, os cabanos desistiram do ataque dessa posição, indo lutar, em outros pontos da cidade, ocupados pelos seus. A batalha durou o dia inteiro.

1835 [17 de agosto] — Quarto dia de combate em Belém do Pará. Os legalistas já tinham mais de 250 mortos e feridos, sendo muito maior a perda dos cabanos, mas estes recebiam, quase todos os dias, reforços. Antônio Vinagre foi morto, e Eduardo Angelim assumiu o comando. Este caudilho, natural do Ceará, contava então 23 anos. “Muito bravo, mas muito malvado”, dizia o chefe Taylor.

1835 [18 a 21 de agosto] — Dias seguidos de intensos combates nas ruas de Belém do Pará.

1835 [22 de agosto] — Nono e último dia de combate na cidade de Belém do Pará. Os cabanos iam ganhando terreno, conquistando casas e já estavam perto do palácio. O general Rodrigues, tendo sofrido grandes perdas, anunciou ao chefe Taylor que estava resolvido a abandonar a capital durante a noite, passando-se para a esquadra. Taylor e o comandante da corveta inglesa

foram pessoalmente dirigir o embarque da “valorosa guarnição do Trem (arsenal), que três vezes repeliu o inimigo”.

Às 3h, os restos da força governista estavam embarcados, estando inutilizadas as munições e tudo quanto foi possível, mas no palácio do governo ficaram seis peças abandonadas ao inimigo). A perda na tropa e marinhagem, incluindo a que tiveram os ingleses e portugueses, foi de 400 a 500 mortos e feridos nos nove dias de combate. A dos cabanos foi, provavelmente, muito superior.

1835 [23 de agosto] — Às 3h concluiu-se o embarque das tropas governistas que ocupavam o arsenal e o palácio do governo na cidade de Belém do Pará. Ao amanhecer, Eduardo Angelim marchou ao ataque do palácio e, achando-o deserto, correu à praia e abriu fogo sobre a esquadra. Todos os navios de guerra, nacionais e estrangeiros, e os mercantes, abandonaram o porto e foram fundear nas proximidades da fortaleza da Barra. Os cônsules e quase toda a população branca haviam embarcado. Angelim pôde festejar a sua vitória, e ficou de posse da capital e de quase toda a província. No ano seguinte, a 13 de maio, foi expulso de Belém, e a 22 de outubro aprisionado nas cabeceiras do rio Capim.

1835 [30 de agosto] — Tomada de Abaeté por um corpo de guardas nacionais e voluntários paraenses.

1835 [18 de setembro] — Os cabanos atacam a vila da Cachoeira, no Arari (ilha de Marajó), e são repelidos pelos maiores Lobo d’Anvers e Antônio de Lacerda Chermont (depois visconde de Arari), da Guarda Nacional.

1835 [22 de setembro] — O major Chermont, da Guarda Nacional paraense, é repelido em um ataque que dirigia contra os cabanos, fortificados perto da vila da Cachoeira (ilha de Marajó).

1835 [4 de novembro] — Os insurgentes do Pará atacaram, deste dia até 6 de novembro, a povoação de Abaeté. Foram repelidos pelo capitão Luís José de Araújo, da Guarda Nacional, e pelo tenente de caçadores João Luís de Castro. A escuna *Bela Maria*, de que era comandante o primeiro-tenente Joaquim Manuel de Oliveira Figueiredo, auxiliou a defesa.

1836 [6 de março] — Os cabanos apoderam-se sem resistência de Manaus. Só em 31 são repelidos daí.

1836 [9 de abril] — O general Andréia e o então capitão de mar e guerra Mariath chegam à ilha de Tatuoca, onde, no dia 11, o primeiro assume a presidência da província do Pará e o governo das armas, e o segundo o comando das forças navais em operações.

1836 [29 de abril] — Tomada de Igarapé-Mirim (Pará) pelo primeiro-tenente Barroso (depois almirante e barão do Amazonas). Segundo Garcez Palha, esta ação deu-se a 1º de maio.

1836 [5 de maio] — A expedição que subia o rio Guamá (Pará) troca tiros com os insurgentes entrincheirados no engenho Pernambucano.

1836 [7 de maio] — Três escunas, ao mando do primeiro-tenente Francisco de Paula Osório, forçam a passagem do engenho Pernambucano, no Guamá

(Pará). No mesmo dia, um corpo de voluntários desembarca e toma o engenho Bom Intento. Durante a noite, o primeiro-tenente Barroso, depois barão de Amazonas, apodera-se de uma gambarra com uma peça, perto da cidade de Belém.

1836 [8 de maio] — Tomada do engenho Pernambuco (Guamá, Pará) pelos legalistas.

1836 [12 de maio] — Tomada do engenho São Domingos, no rio Capim (Pará), pela expedição do primeiro-tenente Francisco de Paula Osório.

1836 [13 de maio] — Pela manhã, o capitão-tenente Petra de Bittencourt ataca e toma a bateria da Pedreira, no Guamá, defendida pelo caudilho Eduardo Angelim. À tarde, o comandante da esquadra, Mariath, dirige o desembarque, em Belém do Pará, das tropas legalistas comandadas pelo tenente-coronel Sousa. Os insurgentes opõem fraca resistência, retirando-se para os arredores da cidade.

1836 [14 de maio] — Tomada da fazenda da Trafaria, no rio Capim (Pará), pela expedição do primeiro-tenente F. de Paula Osório.

1836 [15 de maio] — Tomada do engenho Taperuçu, no rio Capim (Pará), pela expedição do primeiro-tenente Francisco de Paula Osório.

1836 [26 de junho] — No Acará, o segundo-tenente de Marinha Filipe José Pereira Leal e o ajudante Pedro Ivo Veloso da Silveira perseguem, perto de Turi, um grupo de insurgentes do Pará. Leal foi ferido.

1836 [29 de junho] — Combate de Turi-mirim, no qual os insurgentes do Pará, dirigidos por Angelim, foram derrotados pelo tenente-coronel Joaquim José Luís de Sousa.

1836 [14 de julho] — Tomada do Almeirim (Pará) pelas forças do governo.

1836 [28 de julho] — Os rebeldes do Pará são repelidos atacando Cametá até 31 de julho. A alma de defesa foi o intrépido juiz de paz padre Prudêncio das Mercês Tavares.

1836 [29 de julho] — Segundo ataque dos anarquistas do Pará contra Cametá.

1836 [31 de julho] — Terceiro ataque de Cametá pelos rebeldes.

1836 [1º de agosto] — Tomada de Oeiras (Pará) pelos legalistas. Foi retomada pelos insurgentes 19 dias depois e, pelos legalistas, a 20 de setembro.

1836 [9 de agosto] — Um destacamento de marinheiros, voluntários e soldados de linha, sob o comando do segundo-tenente Fernando Gomes Ferreira da Veiga, desembarca em frente à fazenda de Pernambuco, no rio Capim (Pará), e é destroçado pelos cabanos. Foi morto o segundo-tenente Ferreira da Veiga.

1836 [20 de agosto] — Oeiras, no Pará, cai novamente em poder dos cabanos (retomada a 20 de setembro).

1836 [31 de agosto] — A vila de Manaus liberta-se dos cabanos que a dominavam desde 6 de março. A reação teve por chefes Gregório Nazianzeno da Costa e o capitão

da Guarda Nacional João Inácio Rodrigues do Carmo.

1836 [19 de setembro] — Ataque de Oeiras (Pará) pelo primeiro-tenente Carlos Rose, comandante do brigue *Brasileiro*, tendo às suas ordens, além dos marinheiros, um corpo de tropas, sob o comando do primeiro-tenente de artilharia Higino José Coelho. A posição era defendida por 800 cabanos.

1836 [20 de setembro] — Tomada de Oeiras (Pará) pelo primeiro-tenente da Armada Carlos Rose. O combate começou na véspera e nele tiveram os legalistas 20 mortos e 85 feridos.

1836 [20 de outubro] — Eduardo Angelim, caudilho da insurreição

paraense, seus irmãos e outros chefes são aprisionados junto à lagoa do Porto Real, nas cabeceiras do rio Capim, pelo capitão Joaquim Francisco de Melo.

1837 [12 de julho] — Os anarquistas cabanos do Amazonas são batidos no seu campo entrincheirado de Icuipiranga pelo padre Antônio Manuel Sanches de Brito.

1838 [6 de agosto] — É assassinado na Barra do Rio Negro (Manaus) o governador militar Antônio Aires Bararuiá.

1839 [30 de janeiro] — Uma expedição, acompanhada pelo primeiro-tenente da Armada Lourenço da Silva Araújo Amazonas, derrota no Maranhão Grande os insur-

gentes da então comarca do Rio Negro. Sobre este feito de armas só conhecemos a rápida menção que dele faz o mesmo oficial, no seu Dicionário topográfico, histórico e descritivo da comarca do Alto Amazonas, à página 281.

1840 [28 de março] — Os cabanos rendem-se na vila de Luséia (Maués), entregando as armas.

1840 [22 de agosto] — Decreto de anistia e proclamação do imperador dom Pedro II dirigidos aos brasileiros que estavam em armas contra a autoridade legal.

O MONUMENTO DO BARÃO DO GUAJARÁ

Antônio Olinto tinha uma coluna sobre livros em *O Globo*, que se chamava ‘À Porta da Livraria’. Stanislaw Ponte Preta, que não o tinha em boa conta, certo dia lhe deu um conselho: por que o distinto colunista não entrava de uma vez na droga da livraria, comprava o diabo do livro e tratava de lê-lo? A graça tinha sua razão de ser: Olinto resenhava livros pelas suas ‘orelhas’ e pelo material de divulgação distribuído pelas editoras. Raramente avançava sobre o conteúdo da publicação.

Uma das primeiras livrarias em que entrei para comprar meu próprio livro, com o dinheiro

dado pelo meu pai, foi o ‘sebo’ do Dudu, a Livraria Econômica, de Eduardo Failache, na travessa Campos Sales, em frente à Biblioteca e Arquivo Público. A partir dos 12 anos, comprei seguidas edições de almanaque, principalmente o Bertrand e o do Porto – lusitanos, estamos a ver.

Eu lia todas as seções de curiosidades da imprensa, incluídas as do Rio e São Paulo, e daquela cultura que hoje consideramos inútil, mas que pode atiçar a curiosidade para buscas mais profundas.

Havia uma página dominical na *Folha do Norte*, escrita pelo Alberto Queiroz, que só não era

meu sonho editorial porque, modéstia à parte, me considerava mais bem armado para escrever uma, com meu vasto paiol de munição de curiosidades. Tinha vários dicionários e enciclopédias dessa especialidade, graças ao caixa aberto pelo pai para as necessárias aquisições.

Os almaniques portugueses tinham um fascínio à parte. Havia neles jogos para armar e desenvolver, e um estoque de informações a reunir, reagrupar e enriquecer. Anos depois de começar a comprar o Bertrand e o Porto, descobri que eles possuíam um cliente muito mais ilustre: várias das histórias de João Guimarães

Rosa tinham sua origem nos “causos” dos almaniques, burilados e expandidos pela sintaxe do escritor mineiro.

Volumes isolados

No ‘sebo’ do Dudu criei e aperfeiçoei as técnicas de lidar com a revenda de livros usados e raros, aprendizado que se aproxima do meio século de prática. Tornou-se um conhecimento bem íntimo, sobretudo quando a queda na capacidade de compra e, no sentido inverso, a elevação quase proibitiva nos preços dos livros novos, me obrigaram a quase só girar pelo mercado secundário.

Ainda mais porque desisti de ser um crítico de livros, exatamente por partilhar a opinião de Sérgio Porto, de que só se deve escrever sobre o livro que, de fato, foi lido. Para me estabelecer na praça, eu teria que ler muita coisa que não tinha interesse. Não sobraria tempo para usar a leitura como catapulta para a escrita. Ficaria pelo meio do caminho, se ao meio conseguisse chegar.

Todo esse ‘nariz de cera’ servia para apresentar uma nova seção deste jornal, que alternei

com a “Caderneta de Repórter”. Nela, partilhei com meus leitores as (a)venturas dos livros velhos, aquelas relíquias, pepitas ou preciosidades, que se consegue localizar depois de se cascalhar durante anos por ‘sebos’ espalhados pelo país e o mundo.

Comete erro primário quem entra nessas livrarias atrás de um livro ou tempo determinado. O ‘sebo’ é a confluência da cultura, seu depósito, seu almojarifado e, por vezes, sua lata de lixo. Parte considerável da história está neles armazenada. Reencontrá-la e dividi-la com o leitor, é o meu propósito.

Nesta coluna, vou tratar de um dos mais importantes livros escritos por um paraense. Livro que honra não só a cultura do Pará, mas do Brasil. E não ficaria em má posição junto a clássicos da historiografia mundial. É um clássico, que merece o grande título que tem: *Motins Políticos – ou história dos principais acontecimentos políticos do Pará desde o ano de 1821 até 1855*² de Domingos Antônio Raiol, o barão de Guajará, por obra e graça de D. Pedro II.

Originalmente, a obra saiu em cinco volumes, ao longo de quase um quarto de século, entre 1855 e 1890, com nada menos do que 2.243 páginas. É a maior e mais fecunda fonte de informações sobre a Cabanagem até hoje.

Começou a ser publicada no final do movimento, quando a anistia geral dos cabanos que ainda sobreviviam não alcançara 20 anos.

Raiol tinha motivos para execrar os cabanos que, em 1835, executaram seu pai, vereador na Vigia, quando ele tinha apenas cinco anos de idade. Ele se lançou sobre o tema logo que pode, mas seu acerto de contas não foi pessoal: foi um acerto com a história. Quase todas as informações primárias que circulam pelas análises feitas desde então se baseiam nos milhares de documentos que ele consultou para compor essa polifonia historiográfica.

Ao longo do tempo, consegui formar duas coleções completas dos cinco volumes originais e também reuni volumes isolados. O 1º volume (o único reeditado ainda no século XIX), com 320 páginas, foi publicado no Rio de Janeiro, na tipografia Hamburquesa do Lobão, na rua do Hospício. O 2º volume foi editado em São Luiz do Maranhão, em 1868, com 413 páginas. O 3º (com 498 páginas, em 1883) e o 4º volume (500 páginas, 1884) voltaram a ser impressos no Rio. Já o último volume saiu em Belém, pela Imprensa Tavares Cardoso, em 1890, com 542 páginas, culminando esse monumento da história brasileira em plena ‘era da borracha’.

ANTOLOGIA CABANA

A Cabanagem teve muitas causas determinantes que se resumem em uma só. Foram elas:

- 1ª – A exaltação sem limites dos partidos e facções políticos.
- 2ª – A fraqueza ou os excessos das autoridades constituídas.
- 3ª – A luta entre a maçonaria e o clero.
- 4ª – A insubordinação da força armada.
- 5ª – O ódio dos brasileiros de cor (negros, mulatos, caboclos, mamelucos, etc.) pelos portugueses.
- 6ª – Os contínuos motins que desde a independência perturbaram a ordem.

Estas e outras causas secundárias reunidas mostram que a causa principal da revolução foi: a terrível anarquia que assolava a capital e toda a província, nas mais fracas manifestações.

(Arthur Vianna, Pontos da História do Pará³)

A visão do império

Pandiá Calógeras dá, em *Formação Histórica do Brasil*⁴, uma amostra muito representativa da visão que da cabanagem tinham as autoridades imperiais estabelecidas no Rio de Janeiro. Uma perspectiva que levaria o regente Feijó a solicitar a colaboração secreta de tropas estrangeiras contra os rebeldes nacionais.

Em 1832, a província do Pará fora teatro de desordens e de motins, e o governo central, fraco, tinha discutido e entrado em acordo com os rebeldes. Tal fraqueza encorajou os insurretos, e os tumultos recomeçaram, mais graves agora, e com a feição nova de apresentarem tendências republicanas. Sob a direção do coronel Malcher, o Pará combatia o Império. Combatido e vencido, fora o coronel preso nas últimas semanas de 1834, mas seus sequazes reagiram em grandes massas, libertaram-no da prisão assassinaram as autoridades locais e proclamaram Malcher presidente da província. Dentro em breve prazo, o presidente assim clamado pelo populacho foi deposto por um de seus partidários, Pedro Vinagre, e morto por esta nova camada de rebeldes.

Começou então um período de violências e de desordem. O Rio de Janeiro, desnorteado e hesitante, não sabia como tratar

desse novo problema. Nesse meio tempo, a província estava de fato separada do Império.

Como primeira de suas tarefas, Feijó cuidou de suplantar a ilegalidade. Tomou as únicas medidas possíveis para um governo, que exigisse o respeito público. À força, tropas de terra e de mar foram enviadas para reprimir sem piedade a insurreição. Assim se deu para o maior bem das populações locais, pois os distúrbios haviam degenerado em um horrível motim de criminosos, ladrões e meios-sangues, unidos em bandos de malfeiteiros e assassinos.

O regente adotou o método forte, convencido que todo o cruelto conflito tinha origem na fraqueza das autoridades. A lei marcial foi instituída por decreto e para o Norte seguiram as forças nacionais. Em 1837, a revolta estava sufocada, os cabeças presos, e punidos.

Alemães dizimados

*Die Plata Staaten*⁵ pode ser fonte muito interessante sobre um episódio pouco estudado da cabanagem: a participação de mercenários alemães. Gottfried Von Kerst, o autor desse livro, nunca traduzido para o português, é citado por Basílio de Magalhães nos seus *Estudos de História do Brasil*⁶, publicados em 1940. Reproduzo a seguir a referência:

“Este último alude exclusivamente a uns 500 alemães, engajados na Europa em 1838 e no mesmo ano transportados para Belém, onde, segundo informações que lhe chegaram ao conhecimento, e que não foram nunca desmentidas (repete-o ele com entono) morreram quase

todos, dizimados pelas operações de guerra e por epidemias. Von Kerst afirma que seus desgraçados compatriotas foram tratados como prisioneiros no Pará e que o governo os aliciou para tão sinistro destino. Há, sem dúvida, muitos enganos nas palavras que a esse incidente consagraram o escritor tedesco”.

A resistência dos indígenas

Darcy Ribeiro olhou a cabanagem (em *Os Índios e a Civilização*⁷) pela ótica dos indígenas. É de destacar a longa história de resistência dos indígenas Mundurukú, agora empenhados em evitar a construção de hidrelétricas em seu território, no vale do rio Tapajós, no Pará.

“Assim foi durante a Cabanagem, movimento revolucionário (1833/1839) que reuniu caboclos, negros, brancos, pobres e índios, na mais violenta rebelião da Amazônia. Os Mawé, os Mura, os Mundurukú aderiram à insurreição, engrossando as forças cabanas, e seu território constituiu o maior reduto dos revoltosos. Nas campanhas de 1834/39, em que as forças legais derrotaram os cabanos, outros índios sofreram massacres em massa, conservando-se, porém, fiéis aos rebeldes. Muitos anos depois, quando a Cabanagem morrera em todas as regiões, ali continuava viva, polarizando a solidariedade dos índios com sua única bandeira de liberação. Depois da Cabanagem, cada movimento sedicioso da Amazônia aliciou forças nesses núcleos tribais, que levavam aos insurgentes não só sua revolta, mas reclamos específicos”.

Cabanos em fuga

Neste trecho de *A Notice Historique sur La Guyane Française*⁸ (ainda não traduzido para o português), Compans Ternaux dá ligeira informação sobre a fuga de cabanos para fora do Brasil e os efeitos da sua presença em território estrangeiro:

“Em 1836, o governo, querendo recuperar os antigos limites que os portugueses contestavam há longo tempo, fez estabelecer um pequeno forte em uma ilhota do lago Mapa; e numerosos fugitivos da província brasileira do Pará não demoraram a vir se estabelecer aí, sob a sua proteção. Depois de um relatório publicado pelo barão Walkenaér, em julho de 1837, tudo o que se disse a respeito da insalubridade do posto não terá sido senão pretexto para justificar seu abandono, em seguida às reclamações do Brasil. Ao fim de nove meses, uns 100 franceses que ali se achavam, nenhum morrera, e poucos haviam dado entrada no hospital”.

A FICÇÃO COMO HISTÓRIA NOS MANUAIS DE HISTÓRIA CAOLHOS...

A data dos 180 anos da cabanagem podia ter servido de motivação para uma tarefa que ainda não foi completada: inserir a revolta popular desencadeada em 7 de janeiro de 1835 na história nacional. É inacreditável que um fato dessa grandeza seja ignorado, minimizado ou deturpado gravemente pela historiografia brasileira, sem falar nos usos e abusos de vários dos que tratam localmente desse fato com um sentido utilitário, para se aposar do acontecimento.

Foi o caso de Jader Barbalho no exercício do seu primeiro mandato como governador do Estado. A cabanagem foi reduzida a concreto num monumento que Oscar Niemeyer apenas esboçou, sem lhe dar a forma final, para atender a uma encomenda compulsória. Mal posicionado no espaço do entroncamento da cidade, o monumento subsiste à míngua.

Foi o caso também de Edmilson Rodrigues, que levantou a Aldeia Cabana para carnavalizar de vez a cabanagem numa rota interpretação marxista, que situou um fato da primeira metade do século XIX como se tivesse ocorrido na segunda metade do século XX. Sem compreender a sublevação popular em sua época, a transposição para um contexto muito posterior serve a um propósito ideológico, mas desvia o leitor fascinado da verdade.

Iniciei esta série imaginando poder atrair outras e melhores iniciativas para criar um debate mais amplo, capaz de repercutir junto à opinião pública nacional. Mal consegui algumas (embora excelentes) respostas de leitores. Assim jamais se conseguirá interessar pelo tema a intelectualidade dominante. Nem mesmo pela revelação das informações contundentes dos documentos ingleses, elemento de maior relevância do dossiê que publiquei sobre a cabanagem.

Ainda com a esperança de manter vivo o interesse, dedico atenção ao que dizem sobre a cabanagem os livros didáticos e alguns trabalhos de maior profundidade. A abordagem será feita à medida que for encontrando as fontes da pesquisa numa biblioteca caótica. Ao final, talvez se possa formar uma antologia cabana.

Em 1929

A primeira delas é *Compêndio de História do Brasil*⁹, de Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, que era professor da Escola Normal no Rio de Janeiro quando a 6^a edição do seu livro foi publicada. Nessa época, o engenheiro agrônomo e *double* de historiador já escrevera 18 obras. O seu compêndio é típico dos manuais então usados, o dele adotado no Colégio Pedro II, nos colégios

militares, escolas normais “e em muitos outros estabelecimentos de ensino secundário”. Por isso, formava opinião.

É a típica história episódica, de fatos isolados, sem conexão, entre datas e personagens. Não há preocupação em buscar a especificidade de cada acontecimento, daí a cabanagem virar cabanada, de um ano antes, no Nordeste:

“No Pará, as tropas já corroídas pelo cancro da indisciplina, sublevaram-se em 14 de Abril de 1833, durante essa revolta, conhecida pelo nome de Cabanada, três anos e pouco. Os revoltosos assassinaram o governador Bernardo Lobo de Souza e o comandante das armas, major Silva Santiago, cujos corpos foram sepultados na mesma cova, em 7 de janeiro de 1835”.

A narrativa não tem coerência nem sequência lógica: o autor parte dos conflitos de 1833 diretamente para a segunda etapa da cabanagem, sem citar sequer o movimento da eclosão, em 7 de janeiro.

Em 1999

A editora da Universidade Federal do Pará anunciou uma nova edição, a terceira, dos *Motins Políticos*, de Domingos Antônio Raiol. Precisa ser bem organizada para afastar a pedregosidade da primeira edição de 1970. As notas de pé de página se alongam e ultrapassam os limites da página a que se referem. Com idas e vindas, a leitura deixa de ser fluente, prejudicando a integridade do texto, primoroso.

Uma edição didática e crítica pode combater ou prevenir os males de um tipo de abordagem que empobrece a cabanagem. É o caso de Maria Furley Schmidt, autora de *Nova História Crítica*

*do Brasil*¹⁰. O subtítulo do livro didático, destinado aos alunos do ensino médio, é *500 anos de História mal contada*. Sobre a cabanagem, a autora também contou pessimamente a sua.

Não só por fatos ou nomes errados, mas porque criou uma verdadeira ficção. Imaginando realizar uma análise marxista. Na verdade ela transportou a cabanagem para a atualidade e lhe aplicou conceitos irreais, sem conteúdo concreto, tirados do armário das capitulações e adjetivações esquerdistas.

Um tipo de análise dualista e maniqueísta: os bons de um lado, os maus do outro; trabalho e capital; revolução e reacionarismo. Apertados nesses moldes explicativos, os alunos de manuais como esse estão prontos para julgar e definir os fatos históricos sem precisar conhecê-los. Os rebeldes são revolucionários, conhecem o sentido da história.

“Os cabanos, que não conhecem a história por serem analfabetos, a têm no coração” é um comprometedor preconceito da autora, que ignora a fertilidade da história oral, como a saga de Carlos Magno e os *Sete Pares de França*. Ao escrever essa frase gloriosa, Maria Schimidt pode estar fazendo poesia ou epopeia, mas nunca história. Segue um trecho do manual de história:

“Cabano era o pobre do Pará. Morava num barranco de madeira e bambu, em cima do pântano, entre cobras, mosquitos transmissores de doenças, vermes e fome. Trabalhava muito, mas vivia mal. Porque os frutos do seu trabalho iam quase todos para os latifundiários e para os grandes comerciantes que dominavam a província. Em todos os cantos, os pobres sussurravam entre os dentes: terra para o povo,

liberdade e igualdade. Analfabetos, não tinham a revolução francesa na cabeça. Mas certamente a tinham no coração”.

Em 2008

Oitenta anos depois, há mais informações e alguns compêndios abrem espaço um pouco maior para a cabanagem, em parte devido à orientação marxista de parte dos historiadores. Invariavelmente, citam como fonte de inspiração o paulista Caio Prado Júnior, autor de uma abordagem mais sólida, sem, no entanto, demonstrar conhecimento específico dos fatos. A análise marxista ortodoxa tende a impor conceitos mais gerais e categóricos, como se eles fossem perfeitamente aplicados à realidade da Amazônia. O trecho deste exemplo é de *História: volume único*¹¹, de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Os autores reconhecem a importância da cabanagem, com seus “cerca de 30 mil mortos”, numa população de 150 mil habitantes, sem sair do tratamento amorfo. E cometem um grande “chute”, atribuir a Angelim a proclamação da república antecipada:

“Francisco Vinagre também procurou manter uma política conciliatória com o governo central. Mais uma vez, os cabanos se rebelaram. Seis meses depois de empossado. Vinagre foi deposto e substituído por outro líder rebelde, Eduardo Angelim. Em agosto de 1835, Angelim declarou o Pará independente do Brasil na forma de República”.

QUANDO O BRASIL OFERECEU A AMAZÔNIA AOS INGLESES

Desde 2002 os historiadores brasileiros têm à disposição documentos primários que, se examinados, poderiam levá-los a repensar a formação do império brasileiro no século XIX. Poderiam ir até além: a partir deles, chegar a uma nova interpretação sobre o significado e os desafios da incorporação da sua maior região, a Amazônia, ao conjunto nacional.

*Cabanagem – Documentos Ingleses*¹² se tornou o mais importante livro sobre a Cabanagem desde que Domingos Antônio Raiol concluiu *Os Motins Políticos*, 130 anos antes, ainda a maior obra sobre o tema. É valiosa a grande quantidade de documentos primários que ambas contém, como nenhuma outra obra – na já relativamente extensa bibliografia sobre a Cabanagem — conseguiu reunir.

Raiol, o barão de Guajará, foi contemporâneo do movimento social que irrompeu em 1835 e se prolongou até 1840, provocando — segundo várias fontes, inclusive ele — a morte de pelo menos 20% dos 150 mil habitantes da província do Grão-Pará e Rio Negro. Por sua condição de testemunha dos acontecimentos, o barão foi o maior de todos os divulgadores da documentação original e a principal — ou, às vezes, a única — fonte de quase todos os relatos posteriores.

A conversa secreta de Feijó

Graças ao historiador e antropólogo inglês David Cleary, foi facultado o acesso a uma valiosa porção dos papéis oficiais. Esses documentos foram produzidos na época por representantes do império britânico sobre uma sangrenta insurreição, que, se ocorrida hoje, teria causado a morte de dois milhões de pessoas na Amazônia.

Desde então, ninguém pode escrever a sério sobre a Cabanagem sem levar em consideração os documentos do Ministério das Relações Exteriores e da Marinha da Inglaterra, recolhidos no arquivo público de Londres (o *Public Record Office*) e reproduzidos no livro. O mais precioso dos documentos refere-se a um fato ocorrido no dia 17 de dezembro de 1835 e até então completamente ignorado pela historiografia. Relembro esse episódio porque parece haver relutância em incluí-lo na reconstituição dos acontecimentos da Cabanagem, mesmo em produções intelectuais recentes.

Nesse dia, os embaixadores da Inglaterra e da França foram convocados à sede do governo brasileiro, no Rio de Janeiro, para uma audiência “secreta e confidencial” com Diogo Antônio Feijó, que governava o Brasil, como regente, em nome

de D. Pedro II, ainda sem idade para assumir a administração do império depois da renúncia de seu pai, D. Pedro I.

Feijó comunicou aos dois embaixadores que esperava reunir no Pará, até abril do ano seguinte, uma força de aproximadamente três mil homens para retomar o controle da capital e das áreas próximas à Belém, em poder de rebeldes. Eles haviam desencadeado um sangrento motim em janeiro daquele ano, destituindo as autoridades legais, assumindo o governo e iniciando uma perseguição a cidadãos portugueses, sobretudo os comerciantes, ainda os donos do poder local.

Feijó repetiu-lhes o que já havia pedido, em outro encontro secreto anterior, ao próprio embaixador de Portugal, de cujo jugo colonial o Brasil se havia livrado apenas 13 anos antes: que mandasse de 300 a 400 soldados de seus países para participar do ataque aos amotinados cabanos, como os rebeldes eram conhecidos (por habitar em cabanas ou por referência à revolta anterior, da Cabanada, no Nordeste — ainda há controvérsias a respeito).

Essas tropas chegariam a Belém “como que por acaso”, recebendo autorização do governo para permanecer em território nacional. Seriam mantidas de prontidão “para cooperar com

as tropas brasileiras, a pedido e a critério das autoridades brasileiras em comando". Essa "cooperação" se faria "pelos interesses gerais da humanidade e da civilização, e também pelo objetivo específico de proteger nossos respectivos conterrâneos e restituir a eles [estrangeiros] a posse de suas residências e bens". Mas o regente do império fazia uma ressalva: teria que ser omitido "o fato de as medidas terem sido tomadas a pedido do governo brasileiro".

Os dois embaixadores se comprometeram a transmitir imediatamente o pedido aos seus respectivos governos. Na carta que enviou ao ministro das relações exteriores da Inglaterra, lorde Palmerston (que em seguida seria primeiro-ministro), Henry Stephen Fox informou, porém, ter desde logo alertado o governante brasileiro que não acreditava no sucesso da iniciativa, "a não ser que o comunicado nos fosse feito por escrito". Só assim seria possível avaliar o alcance da "cooperação" requerida, assim como "justificar tal cooperação no caso de ela ser concretizada, e posteriormente merecer objeções por qualquer parte do Brasil".

Segundo o embaixador, o regente respondeu-lhe "que como a Constituição do Império proíbe terminantemente a admissão de tropas estrangeiras no território do Brasil sem o consentimento da Assembleia Geral (que não poderá mais ser obtida a tempo), lhe é impossível formular sua proposta por escrito, e que, ademais, seria motivo de descrédito para o governo se fosse divulgado oficialmente o fato de que, sem ajuda externa, ele não é capaz de derrotar um punhado de insurgentes miseráveis". Assim,

Feijó não podia ir além de uma solicitação verbal em caráter secreto, "deixando a cargo de nossos governantes basear nisso as instruções que lhe pareçam convenientes aos comandantes de suas respectivas forças navais", acrescentava Fox.

Inglaterra recusa convite

Ao transmitir o conteúdo da conversa reservada, o embaixador inglês, mesmo não podendo "deixar de transmitir o comunicado" ao seu superior, não via "a menor possibilidade de o governo de Sua Majestade ou o governo francês consentirem com os desejos do regente, ou em ordenar uma operação militar, com base em um pedido formulado de maneira tão imprecisa e informal".

Como o próprio Feijó admitiu, acrescentou o diplomata na correspondência, sua proposta "viola diretamente as leis e a Constituição do país; e, é claro, seria desmentida de imediato, e a culpa pela intervenção não autorizada seria atribuída às potências estrangeiras, se isso fosse visto como conveniente".

Respondendo à consulta, em 9 de maio de 1836, Lorde Palmerston informou o encarregado dos negócios na embaixada no Rio de Janeiro, W. G. Ouseley, que o governo inglês havia dado "a mais atenciosa consideração à sugestão feita" por Feijó, mas não se sentia "à vontade" para cumprir esses desejos.

Em primeiro lugar, porque seria "uma divergência dos princípios gerais que regem a conduta do governo britânico, em relação aos países estrangeiros, interferir tão diretamente nos assuntos

internos do Brasil". Palmerston considerava "inadequado para a dignidade deste país fazer uma demonstração, sem estar preparado, se fracassada fosse, para acompanhá-la pela força: e o Governo de Sua Majestade não acreditava justificável se envolver em operações em terra pelo interior da Província do Pará, com o objetivo de apoiar a autoridade do Governo do Rio de Janeiro contra a população do distrito".

Mas ainda que não houvesse "objeções insuperáveis a esse tipo de procedimento", o chanceler inglês lembrava que a constituição brasileira "expressamente proíbe a penetração de tropas estrangeiras em território brasileiro sem o consentimento do Poder Legislativo".

Mesmo descartando o pedido, o governo britânico se sentia "altamente gratificado pela confiança por parte do Regente, da qual a sugestão dele produz uma prova inequívoca, e que o Governo de Sua Majestade sinceramente espera que as medidas inteligentes e enérgicas adotadas pelo Regente, para a pacificação do Pará, cheguem a um bom êxito para restaurar a paz e a ordem naquela importante Província".

Intervenção armada não se efetivou

Em abril de 1836, a tropa imperial brasileira e uma esquadra britânica realmente se encontraram no Pará, mas não da maneira pretendida por Feijó. Três navios de guerra foram deslocados de Barbados para Belém, pelo Comando Supremo das Índias Ocidentais, com a missão de exigir a prisão dos

assassinos da tripulação de um navio mercante inglês, que fora pilhado cinco meses antes no litoral paraense.

O capitão Charles Strong encontrou uma província em pânico pelos violentos combates travados entre as tropas imperiais e os rebeldes, que continuavam de posse da capital. Mas ele foi recebido em Belém “de forma muito melhor do que esperava”. Após esse contato, Strong manifestou ao almirantado sua admiração de que “os brasileiros não viessem tomar a cidade, o que certamente os botes da minha esquadra teriam feito, se necessário” (receio que talvez se explique pelo desconhecimento — e medo — do litoral dominante em relação ao sertão desprezado, como também se veria, 60 anos depois, na repressão aos revoltosos de Canudos). Em outra correspondência, garantiu que “podíamos ter facilmente desembarcado 220 homens, incluindo fuzileiros com pequenas armas”, e tomado Belém dos rebeldes. Mas preferiu manter-se como observador.

Na busca da indenização pelos prejuízos materiais e na reparação dos crimes cometidos contra o brigue *Clio*, o oficial inglês enfrentou mais resistência na autoridade legal. Angelim, que louvou “a suavidade dos modos” de Strong, reforçando a “amizade de que a nação inglesa consagra ao Pará”, eximiu-se de responsabilidade, “pois o Pará não existe desmembrado do império”. Deixava claro que não havia nenhum propósito separatista no movimento sob sua liderança, ao contrário do que caracterizava a Farroupilha, rebelião que eclodiu simultaneamente no outro extremo do país, no Rio Grande do Sul, ameaçando a unidade territorial do nascente império.

A documentação inédita revela que a Inglaterra não tentou em nenhum momento se apossar da Amazônia, transformando-a em colônia britânica, como fez na Ásia e na África. Os navios da esquadra foram deslocados de Barbados para investigar se naquele lugar estratégico poderia estar se repetindo um motim semelhante ao de Santo Domingo. Lá, escravizados e indígenas se uniram para se libertar do grande inimigo comum, “pondô fim ao mundo criado pelos brancos”.

Melhor usar o Estado nacional

Para a Inglaterra, naquelas paragens o representante desse mundo era o governo brasileiro. O Rio de Janeiro confirmou todos os compromissos herdados da administração portuguesa, dispensando a nação mais poderosa de então cobrar esses compromissos pelas armas.

“Se a revolução [Cabana] não for agora sufocada, a extensa e fértil província do Pará poderá ser considerada como perdida para o mundo civilizado”, assinou o embaixador Fox. Mas isso não aconteceria: os indígenas e negros amazônicos “eram muito menos avançados em relação à civilização do que os negros de São Domingos foram, quando eles por primeiro se tornaram livres”. A péruida Albion não tinha o que temer.

Essa carta e os demais documentos não permitem uma visão conclusiva sobre a Cabanagem, nem são suficientes para exprimi-la de maneira convincente, mesmo porque ainda há arquivos a vasculhar no Brasil sobre uma revolta que resultou em algo raro no país: o povo no

poder, comandando o governo diretamente. É fato original, ainda que não tenha tido resultado prático de significação por falta de um programa de ação entre os rebeldes que assumiram o poder institucional.

Ao invés de provocar polêmica e discussão, a preciosa documentação inglesa continuou abandonada nos porões do Arquivo Público em Belém, ignorada pela intelectualidade e guardada com certa negligência por seus responsáveis oficiais. Talvez por se tratar de documentação primária (prefere-se, em geral, interpretar sobre fontes secundárias ou outras interpretações) e por exigir uma completa revisão conceitual sobre um dos momentos mais importantes da história nacional e seu significado atual.

O silêncio conveniente foi quebrado. Os documentos chegaram finalmente ao domínio público, embora o livro já exija reedição corrigida e modificada para que a forma corresponda ao conteúdo e a leitura seja mais escorreita. A nova documentação sepultou especulações com a aparência de verdades históricas feitas até então. Como a de que Eduardo Angelim, “quando Presidente, recebeu tentadora proposta de um capitão inglês, para proclamar a independência do Pará, no que teria o apoio de potências estrangeiras. E o caudilho negou-se até a discutir a sugestão”.

Nenhuma documentação acompanha a afirmativa, mas ela é repetida em quase todos os livros escritos sobre o assunto como prova de que a Amazônia só não se internacionalizou naquele momento porque os líderes rebeldes reagiram às insinuações (tanto de ingleses como de americanos) e o Estado brasileiro foi competente na manutenção da unidade nacional.

O mito prevaleceu durante tantos anos porque os historiadores não se lançaram adequadamente na busca da verdade. Também porque era — e continua a ser — interessante cultivar uma versão heroica, que pode ser simpática e útil como símbolo para contextualizações atuais.

O problema é que ela não é verdadeira, como atesta a documentação inglesa. Mesmo que seja difícil e penoso admiti-la, a verdade ainda é o que conta na história. Em relação à Cabanagem, ela se firma com um atraso, mas chegou, desta vez, para ficar. E, talvez, convencer. Ou será preciso esperar pelo bicentenário?

Segredo e Confidencial

Teremos que aguardar por documentos americanos, japoneses ou ingleses antes de chegar a conclusões sobre a história contemporânea da região, da mesma maneira como ainda nos faltam documentos portugueses e franceses também. A Amazônia tem sido explorada multinacionalmente sem ter se internacionalizado.

A teoria geopolítica sobre a permanente cobiça internacional pela Amazônia precisa ser relativizada a cada momento histórico apontado como ameaçador. No trato com o governante brasileiro, o embaixador da poderosa Inglaterra foi mais cauteloso. Além de pedir que a proposta de deslocar tropa estrangeira para o interior do Brasil fosse feita por escrito, ainda que da forma confidencial da conversa pessoal, Fox desconselhou seu chefe, o ministro britânico, a adotar a sugestão.

O respeito pela soberania brasileira e pelo processo constitucional pode ter sido mero pretexto, mas a atitude do embaixador (respaldada pelo Ministério do Exterior da Inglaterra) levava a duas conclusões: a nação estrangeira era mais legalista do que o governo nacional brasileiro e a Inglaterra achava que não precisava invadir a Amazônia, estabelecendo um governo colonial, como na Índia, para usufruir de suas riquezas.

A exploração podia ser feita através do capital e do poder de convencimento por outros meios (como os de hoje, que agiram nos desvãos da Petrobras). Não à toa o banco de Londres se antecipou, na Amazônia, ao Banco do Brasil. O que a clarividência do colonialismo britânico percebeu: não aceitar que “a culpa da intervenção não autorizada” fosse “atribuída aos poderes estrangeiros”, como queria Feijó e muitos dos seus seguidores até hoje, em relação à ameaça internacional sobre a Amazônia. Usam-na como *habeas corpus* para seus erros e maus intentos, ainda que não impedindo que a cobiça se torne real.

DOCUMENTOS INGLESES: INGLATERRA COBRA REPARAÇÃO

Neste documento, o ministro do exterior inglês, Lorde Palmerston, se dirige ao ministro brasileiro, a propósito do ataque sofrido pelo brigue comercial inglês *Clio*, em Salinas, onde fundeou para receber um prático. A carga foi saqueada e toda tripulação morta por rebeldes, à exceção de um marinheiro que conseguiu escapar. O navio transportava armas para comerciantes ingleses em Belém. A Inglaterra era a grande potência da época, com sua temida armada. Exigia indenização pelos danos materiais causados e desagravo à coroa.

De: Palmerston
 Para : Galvão, Ministro Brasileiro, Rio de Janeiro
 Ministério das Relações Exteriores
 26 de abril de 1836

Senhor,

O Ministro das Relações Exteriores tem a honra de acusar o recebimento da comunicação que lhe foi endereçada no dia 18 do corrente por M. Galvão, em resposta à comunicação do Ministro das Relações Exteriores a M. Galvão, com respeito às medidas tomadas pelo Comandante das forças navais de Sua Majestade nas Índias Ocidentais, a fim obter indenização pela apreensão do navio inglês *Clio* e pelo assassinato de sua tripulação em Salinas, próximo à foz do Rio Pará. O Ministro das Relações Exteriores deve informar que, conforme M. Galvão verá pela comunicação que lhe foi transmitida pelo Ministério das Relações Exteriores no dia 26 de março, o oficial comandante da esquadra enviada ao Pará deveria fazer, em primeiro lugar, uma petição às autoridades do Imperador do Brasil, se é que essa autoridade possa ser encontrada no exercício do poder e, consequentemente, M. Galvão está enganado em supor que não deveria ter dado o devido respeito à autoridade do Imperador do Brasil.

Entretanto, não é intenção do Ministério das Relações Exteriores prolongar uma discussão sobre a qual M. Galvão declara não ter recebido qualquer instrução de sua corte, e com respeito a qual, até o presente momento, já poderá ter havido um resultado ou outro mais imediato; mas o Ministro das Relações Exteriores considera correto declarar ao M. Galvão que o Governo de Sua Majestade jamais permitirá que os súditos britânicos sejam ultrajados com impunidade; ele deve observar que, se um Governo é tão fraco que sua autoridade não é respeitada pelo seu próprio povo e no seu próprio território, não deve se surpreender se as forças estrangeiras assumirem a responsabilidade de retificar erros que venham a ser cometidos contra seus súditos.

<PROMPT> FOCAL LENGTH 16MM. F/4. 1/30S. ISO 100. COLOR
 PHOTOGRAPHIC FILM STILL OF A LARGE GROUP OF PARAENSE
 CABANOS ASSAULTING THE LARGE FRIGATE CLIO IN 1835.
 ANCHORED IN SALINAS DURING CABANAGEM REVOLUTION.
 ENGLISH GUARDS HAVE SURRENDERED TO A CROWD OF CABANOS.



CABANAGEM: O MASSACRE

O jornal *A Província do Pará*, de Belém, já extinto, tinha, como vários outros, uma seção de retrospectiva. Republicava algumas das suas matérias de quatro ou cinco décadas antes. Em 1967, o diretor de redação, Cláudio Augusto de Sá Leal, me encarregou de substituí-lo. Eu ingressei no jornal, quando tinha 16 anos, justamente por causa do meu interesse por história.

Para fazer a retrospectiva, fui ao Arquivo Público, bem ao lado, na rua Campos Sales, no centro antigo de Belém. Lendo as coleções do jornal, minha curiosidade foi desviada para outras fontes. Acabei na figura de Felipe Patroni, dono e principal redator do primeiro jornal da Amazônia, *O Paraense*, de 1821.

Voltei para a redação com uma reportagem sobre Patroni. Leal, bem mais velho do que eu, se empolgou. Deu uma página inteira ao meu artigo, justificando a importância: eu mostrava que Patroni foi um homem lúcido antes de ser considerado louco. Quem combatia suas ideias, impunha a visão de um louco desde sempre. Imaginar utopias era considerado, pelo *establishment*, uma maneira mal disfarçada de demência.

De pesquisa em pesquisa, me convenci de um fato: a história do ciclo dos “motins políticos” na última província a aderir à nova nação brasileira só poderia ser integralmente reconstituída pelo acesso à farta, maltratada e mal aproveitada documentação primária existente no Arquivo Público do Pará, em milhares

de códigos manuscritos. Minha pesquisa nessa fonte durou até 1975. Copiei milhares de páginas, com minha então esposa, Lenil, e, depois, com o auxílio da minha irmã, Eliaci. Registro aqui meu tributo de gratidão a elas.

No entanto, a divulgação do resultado das minhas pesquisas só chegou à forma impressa no livro *Cabanagem – O massacre¹⁵*, de 2020. Em três ocasiões, porque o acompanhamento da feroz, inesgotável, apaixonante e assustadora conjuntura amazônica me fez perder o fio da meada ou simplesmente deixar completamente de lado a cabanagem. Desafios mais urgentes e ingentes se impuseram ao jornalista do cotidiano numa frente ampla. Paguei um alto preço, em todos os sentidos, por enfrentar esses desafios.

Tenho certeza que a preciosa listagem de cabanos e aderentes presos e/ou mortos na repressão à revolta dos que não têm contra os que têm dará um novo rumo à historiografia da cabanagem, se os que a escrevem consultarem os dados apresentados no livro. Elas vão possibilitar ricas análises e interpretações com base em informações primárias sobre raça, trabalho, posição social, econômica e política, e também o fim de generalizações abstratas. Essa documentação, até então jamais publicada, reúne o conteúdo dos códices 531 (*Correspondência de Diversos com o Governo em 1836*), mais os códices 972, 973, 974, 1.130 e 1.131, todos estes com a *Relação Nominal dos 1953 Rebeldes Presos*.

Classificações étnicas



UM PARAENSE SINGULAR

Pode-se escolher uma das duas datas para as comemorações, mas em ambas há um único personagem principal: o acaraense Felipe Alberto Patroni. A 6 de janeiro de 1821, ele se tornou o primeiro paraense a imprimir um jornal, a *Gazeta do Pará*, que circulou em Lisboa. No ano seguinte, ele comprou uma gráfica na capital portuguesa, a transportou para Belém e a 22 de maio de 1822, colocou nas ruas da cidade o primeiro jornal rigorosamente paraense, com título de *O Paraense*.

Desde 1822, a única perspectiva de espantar a desmemória local está no pequeno novo livro editado por Haroldo Maranhão¹⁴ no Rio de Janeiro, contendo dois textos de Patroni: a *Dissertação sobre o direito de caçar* e a *Carta a Salvador Rodrigues do Couto*, escritos entre 1817 e 1818. Haroldo escreveu a introdução e montou a mais completa bibliografia disponível de Patroni. Também acrescentou uma ilustrativa cronologia ao livro, co-editado pela Loyola e a Giordano no 11º volume da coleção Memória.

Patroni foi muita coisa na vida, precocemente e com intensidade furiosa, limítrofe de um desequilíbrio que foi avançando em seu cérebro pelo peso dos anos e a não realização das utopias. Esteve na contramão dos seus contemporâneos, rompeu os grilhões das classificações convencionais e foi uma personalidade tão rica e contraditória que até hoje sua vida continua à espera de um biógrafo a sua altura.

Nenhum se aproximou mais dessa meta do que Haroldo Maranhão. Diante da dificuldade para tratar um material primário caoticamente disperso e fontes secundárias deficientes, Haroldo optou por uma ficção a meio caminho do romance para exaltar Patroni e transcendê-lo em *Cabelos no Coração*, livro que pertence à solitária dinastia das realizações literárias de grande porte. O romance, entretanto, não é exatamente – nem sobretudo – uma biografia romaneada, mas a obra capital de um escritor experimental com raízes fincadas na sua terra, sem freios e fronteiras.

Os dois textos de Patroni, são incapazes de traduzir completamente o pensamento do seu autor. Mas são um avanço considerável em relação à desleixada reunião das duas “obras escolhidas” pelo Conselho Estadual de Cultura. É também mais um passo dado por Haroldo Maranhão para suprir uma das maiores lacunas na historiografia regional.

É fascinante a trajetória de um humilde caboclo do interior paraense que consegue chegar à famosa Universidade de Coimbra, fazer um curso brilhante até o bacharelato, assumir a representação do seu Estado junto à corte, sendo poliglota, dominando uma vasta série de temas, assumindo uma militância política solitária, até sucumbir à apoplexia, a mesma doença que fulminaria um mês depois sua única com-

Escrevi o artigo reproduzido a seguir, em 1992, quando do lançamento do livro de Felipe Patroni, editado por Haroldo Maranhão, que se tornou uma raridade.

panheira de vida, sem deixar sucessores.

Insatisfeitos ainda devem estar todos os que se interessam não apenas em saber da vida de Patroni, mas em buscar-lhe um sentido. Nos intervalos em que foi juiz, advogado, político e pensador, ele foi jornalista. Além da *Gazeta do Pará* e de *O Paraense*, foi editor de mais três jornais. Na imprensa paraense, contudo, ele não foi mais do que precursor: três dias após *O Paraense* circular, foi preso. A partir daí, o cônego Batista Campos, um verdadeiro panfletário, assumiu a direção do jornal. Que linha editorial teria seguido o jornal se seu fundador permanecesse em liberdade?

Perguntas desse tipo cabem em vários momentos da vida de Patroni, marcada pela intensidade dos momentos, por impulsos de lucidez interrompidos por um desequilíbrio (ou uma desorganização?) mental, que se iria acentuar com o tempo.

Politicamente, ele foi também um precursor, cujas ideias avançadas em relação ao rompimento da dependência colonial e da instauração da república eram uma convicção, ainda que mal expostas, de uma preocupação tática. Para ele, bastaria ao Pará se atualizar à monarquia constitucional portuguesa do que aventurar-se por uma independência claudicante?

Análise de Haroldo Maranhão

Uma das virtudes que singularizam Patroni é a obsessão pelo trabalho intelectual. Recitava no romano, velozmente, os livros da Bíblia e os quatro Evangelhos. Chegou a redigir jornais bissemanais, ele só, da primeira à última página. Foi jornalista e advogado militante no Pará, em Minas e na

Corte, magistrado, deputado na Legislatura de 1842, logo dissolvida e patriota a vida inteira. Desenvolveu uma incessante atuação política. Diversas vezes o encarceraram, no Brasil e em Lisboa.

Não sem desencanto, li na terra dele e minha, que morreu mergulhado na completa loucura. Prefiro esperar por diagnóstico menos frívolo, quando a vida e obra tiverem sido exaustivamente esquadrinhadas por especialistas, isto é, historiadores, algebristas, físicos, numerolo-

JORNAL PESSOAL

gistas, ocultistas, demonólogos, biblistas, cabalistas, e sabe-se mais por quem.

Entristecido com a pátria a que integralmente se doara; com o desconhecimento de seus livros e de suas ideias voltadas para o bem do Brasil; com a irrisão que o rodeava, mudou-se em 1851 para Lisboa, com a mulher, Maria Ana, união sem filhos. Faleceu no dia 16 de julho de 1866, sem ter retornado ao seu país. A viúva não sobreviveu mais que um mês e alguns dias.

O PODER SEM PROGRAMA

A cabanagem se distinguiu de outras revoltas que eclodiram durante o Segundo Império – e mesmo antes e depois desse período – por um fato singular: o povo realmente tomou o poder.

Ao longo de mais de cinco meses a província do Grão-Pará foi governada por três presidentes cabanos. O primeiro foi um membro da elite nativa, o proprietário de terras Félix Clemente Malcher. No auge da violência, Francisco Vinagre, o líder dos moradores do interior, a parcela que hoje se diria camponesa da composição de forças, assumiu o comando. E, por último, um quase cidadão que mal saíra da adolescência, Eduardo Angelim.

Nas escaramuças posteriores à frustrada tentativa de implantação de um governo legal, com o marechal Manuel Jorge Rodrigues, os cabanos reassumiram o controle do poder, mas sem modificar sua essência e estrutura. Fim da cabanagem, as coisas

não voltaram a ser o que eram, mesmo porque a economia estava arrasada e houve alarmante redução na população, efeito dos morticínios no fluxo ascendente da revolta e durante a ação repressora do poder central.

Tomado o poder, o que os líderes cabanos fizeram para mudar o sistema de exploração vigente, estabelecer novas regras de convivência ou reorganizar o governo em outras bases? Nada que pudesse ser associado a uma revolução foi feito. A marca dos acontecimentos, a partir de 7 de janeiro de 1835, foi a da progressão da violência, num ajuste de contas sangrento entre as duas partes que se extremaram no cenário da capital e do interior. Os cabanos não se prepararam para o dia seguinte. Queriam apenas se livrar das correntes da dominação, materializada na cor da elite e na sua condição social.

O segredo da cabanagem morreu com o seu maior agitador, o padre Batista Campos, vítima de

um acidente banal, ao se ferir no momento em que se barbeava e ser fulminado por uma gangrena que não pôde debelar porque estava em fuga pela mata. A uma semana da irrupção da revolta, morria o homem que foi a ponte entre o período de agitação política e fermentação ideológica, antes e depois da adesão do Pará à independência nacional, que teve como seu vértice Felipe Patroni, e a arregimentação para a luta armada.

A liderança de Batista Campos é incontestável, mas que ele pudesse preservar um núcleo político e ideológico no torvelinho de violência do confronto entre os que têm e os que nada têm, levada ao paroxismo da matança, é um ponto duvidoso até hoje. A análise desse período, demarcada por mitologias e definições altissonsantes, tem trazido pouca demonstração em favor da definição da cabanagem como uma revolução. Em geral, a análise histórica, em tempo

específico e espaço delimitado, é atropelada por conceitos transportados de realidades atuais para as situações daquela época. A cabanagem é o que dela dizem esses intérpretes, não o que realmente foi. Dentre outros motivos, pela falta de provas na forma de documentos primários ou testemunhos de época válidos.

Em 1971, muitas dessas questões tomaram forma ou foram suscitadas pioneiramente por um livro que tratava da cabanagem apenas lateralmente, mas que teve o impacto de uma autêntica revisão do tema. Foi *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*¹⁵, de Vicente Salles.

Vicente tinha acumulado tantos dados que o espaço foi extremamente limitado para sua apresentação e tratamento analítico. Deixa a impressão de que aquela seria apenas a primeira abordagem do tema. De fato, produziu ainda o *Memorial da Cabanagem*¹⁶, quase tão fragmentado quanto *O Negro no Pará*, mas sem o tratamento sistemático que o livro anterior prometia. Dessa tarefa, Vicente se desincumbiu sinteticamente na entrevista que me deu, publicada originalmente no jornal *O Liberal*, num suplemento que editei.

Para avivar o debate, decidi reproduzir os trechos que me parecem os mais pertinentes de *O Negro* para retomar as afirmativas e dúvidas de Vicente Salles sobre a cabanagem, a maioria delas ainda em aberto. Acho que as suas restrições sobre Felipe Patroni, embora corretas, não são inteiramente justas nem adequadamente contextualizadas. Vicente atribui precocemente demais uma insanidade mental que só tomaria conta de Patroni tempos depois, sem contudo, imobilizá-lo.

Na reprodução dos trechos selecionados abaixo, organizei

uma forma mais jornalística para uma maior fluência na leitura por aqueles que quiserem uma boa provocação para a compreensão da cabanagem. Segue-se, Vicente Salles.

Forma de Luta

Naturalmente, essa forma elementar de luta contra o regime [*por parte dos negros escravizados*], por sua própria natureza [*a fuga para a formação de mocambos*], seduzia mais facilmente o escravizado. Mas pouco a pouco a forma superior, a luta política, e desta para nível mais elevado, a luta armada. Ganhou uma parcela dessa população. Entretanto, só um poderoso partido, consolidando política, orgânica e ideologicamente, teria condições de conquistar a hegemonia naquela etapa da revolução social paraense.

Esse partido, aguerrido, com caráter de massas, existiu em função de alguns poucos líderes sem preparo e incapazes de compreender a grandeza do movimento. E quando aconteceu o irremediável, a guerrilha predatória desempenhou importante papel, cresceu, desenvolveu-se, transformou-se progressivamente e, num dado momento, os revolucionários conquistaram o poder.

As lideranças que souberam ganhar as massas não puderam, entretanto, atender suas justas reivindicações. E para a grande maioria dos escravizados, o engajamento significava apenas a supressão do senhor. Eles sabiam que esse partido, que tantas vezes lhe acenaram o congraçamento das raças, também era constituído de senhores, como o próprio Batista Campos ou Malcher, fazendeiros e latifundiários, e tantos outros. Que perspectiva poderia oferecer o par-

tido de Batista Campos, cujo jornal, *O Publicador Amazonense*, na véspera da cabanagem, incitava a divisão das classes populares, lembrando colocar os indígenas e os caboclos contra os negros?

Mas na cabanagem uma outra coisa extraordinária aconteceu: o negro, que até então fugia para os mocambos distantes, aderiu em massa ao movimento, pretendendo alcançar a liberdade. Esta não lhe foi concedida, porém. E o negro, na sociedade de classes, reprimida a revolução, teve de voltar aos métodos tradicionais para a busca da liberdade não consentida: a fuga e posterior agregamento nos mocambos que, a partir de então, se multiplicaram em quase toda a Amazônia.

Nas bacias de certos rios, como o Acará, o Moju, o Capim e o Guamá predominavam, desde os tempos antigos, as lavouras da cana, tendo havido, em todos eles, numerosos engenhos reais – engenhos completos, que se distinguiam dos rústicos molinetes para o fabrico de mel-de-cana, da garapa ou mesmo da cachaça. A lavoura canavieira exigiu, como em toda parte, mão-de-obra escravizada e nela se concentrou o maior contingente de negros importados pelo Pará para os trabalhos do campo. Esta região foi, portanto, a de maior importância econômica e aí se localizou um dos maiores mocambos paraenses: o de Caxiú, cujos negros, comandados pelo preto Félix, aderiram na sua totalidade à cabanagem. Foram destroçados pelas forças de Andréa. Os negros que escaparam não se entregaram facilmente e buscaram outro local para se reagruparem. Num relatório de Andréa, diz-se que foram presos mais de 600 escravizados. Mas a região de atrito não foi pacificada inteiramente. Em diferentes pontos, os escravizados criaram sociedades fechadas com

sua autonomia administrativa e importantes lavouras.

Patroni

(...) A fricção social, fermentada por longos anos, ganhou expressão política quando a massa da população identificou seus anseios com o jogo de uma das facções, engrossando suas fileiras. Politicamente, esta foi a vitória da facção que representava um ideal político brasileiro, nacionalista, mas essa vitória foi, além disso, a geratriz de uma atitude política nova em nosso meio. Embora os objetivos fossem os mesmos, a facção chefiada por Batista Campos transformou-se qualitativamente, passando a expressar, no começo com algum atrevimento, depois com audácia, os anseios gerais da população. Foi forçada a modificar-se no dia a dia dessas lutas e, de fato, modificou-se rapidamente: adquiriu certo corpo ideológico, agitou ideias ao mesmo tempo em que lutou pela tomada do poder.

Quem primeiro, e mais agudamente, formulou os princípios ideológicos do movimento foi sem dúvida Felipe Alberto Patroni. Mas sua posição nos acontecimentos é singular pela projeção que teve em contraste com a alienação de espírito demonstrada desde o início. Suas atitudes se caracterizaram mais como oportunistas, às vezes audaciosas, como no episódio da sua fala na corte portuguesa, dirigindo-se ao monarca em termos candentes e agressivos - episódio saboroso para os seus biógrafos. Também se nota certo oportunismo no seu “plano” apresentado às cortes constituintes, sobre o modo prático de se procederem às primeiras eleições na província do Grão-Pará.

(...) Patroni, na sua ação política, tinha qualquer coisa de caudilhesco,

imperativo e atrabiliário. A causa era superior à sua personalidade. Assim, foi fácil multiplicar os sectários. Mas estes logo perceberam seu oportunismo e a liderança escapou do seu controle. No Pará, sua ação é desastrosa, inconsequente, individualista. A introdução da imprensa, iniciativa dele, também passará logo para outras mãos. Associado ao tipógrafo português Daniel Garção de Melo, e com a ajuda financeira de outros correligionários, adquiriu e transportou para Belém uma tipografia, onde fez imprimir *O Paraense*, considerado o primeiro jornal editado em Belém. Como redator desse periódico foi levado à crista dos acontecimentos. Houve, porém, desacordo e a sociedade que seria a publicação do jornal se desfez. Patroni entregou-se ao oportunismo e obtendo emprego público abandonou praticamente a arena das lutas.

Batista Campos

(...) não representava exatamente o revolucionário capaz de tentar, ou de levar ao termo, a modificação das estruturas. No poder, não demonstrou abrir esse jogo. Escapava ao seu pensamento político a mudança radical do *status quo*. Ele próprio estava profundamente comprometido com os interesses da classe dominante e, sob certos aspectos, era tão reacionário quanto os componentes da outra facção; apesar de representar um dos setores em que a mesma classe se dividia na disputa do poder. Seu liberalismo chega a parecer bastante duvidoso.

(...) O libelo contrasta com a maioria dos documentos conhecidos sobre os acontecimentos que precederam à explosão da cabanagem. Essa é, todavia, uma das muitas tentativas de enquadrar num corpo ideológico a atuação de Batis-

ta Campos: algumas acusações procedem, como a de o cônego ter entre os seus mais chegados colaboradores, alguns negros - que, aliás, eram escravizados; que estes propalassem doutrinas subversivas era compreensível, mas que essas doutrinas incluíam ideias de igualdade social ou de nivelamento de fortunas, ou seja, uma ordem social comunista, é algo que nunca se chegou a esclarecer definitivamente. Na cabeça dos negros e dos índios essas ideias não poderiam andar muito longe, mas na sua forma simples, primitiva, de organização social e econômica, reminiscência da vida tribal. Handelmann também encontrou na cabanagem luta de classes e não de raças e admitiu que o levante de 1835 tinha deveras essa característica, uma “feição comunista”.

Na verdade, nesse período conturbado da história paraense pouco se fala da abolição do cativeiro.

Para os negros, a liberdade tinha ou parecia ter significado especial e muito limitado: escapar das garras do cativeiro, fugir para os mocambos e ali integrar-se - ou reintegrar-se, melhor dizendo - no tipo de organização social que trouxeram da África e que entre nós pouco se modificaria, apesar de Tavares Bastos ter enxergado nos mocambos de Óbidos uma reprodução da organização social dos brancos.

(...) No estudo da revolução paraense, temos de assinalar a figura contraditória do Padre Batista Campos. Raiol, que fez nos *Motins Políticos* o recenseamento mais completo dos episódios que determinaram a explosão da cabanagem, foi extremamente escrupuloso na análise do pensamento político e da atuação partidária desse líder da revolução. O padre foi essencialmente homem político. A sotaina pesava-lhe e restringia-lhe os movimentos. Como

político, engajou-se num processo que ajudou a desenvolver, mas do qual perdeu o controle.

Assim a revolução, ao se generalizar, acabou influindo nele mais do que ele, como mentor intelectual, sobre ela. Preparou-a, mas é verdade que, com sua morte prematura não chegou a conduzi-la. Daí, talvez, ela ter tomado rumos imprevisíveis entregue a lideranças despreparadas para o exercício do poder, arrebatada pelos homens do campo, que se foram eliminando sucessivamente, para terminar nas mãos de um quase adolescente: Eduardo Angelim.

Pouco a pouco as causas do movimento tomaram forma e o padre foi tragado pelos acontecimentos. As aparências de luta religiosa e as de restauração naufragaram completamente. Os fatores de ordem social emergiram no mesmo contexto onde havia uma estrutura econômica desorganizada e decadente, uma ordem social injusta e retrógrada, um governo despótico e cruel.

Biografia

Lúcio Flávio (de Faria) Pinto (23/09/1949) é jornalista investigativo paraense, nascido em Santarém. Exercendo este ofício por mais de 50 anos, de forma combativa e consciente em benefício da comunidade amazônica, testemunhou de perto conflitos de terra, escravização, assassinatos, garimpagem, invasão de reservas indígenas, derrubadas e incêndios de florestas, tensão em torno de grandes empreendimentos econômicos e tantas outras pautas marcadas por muita violência na região.

Sua carreira se inicia aos 16 anos como repórter no jornal *A Província do Pará*, seguindo para as redações de algumas das principais publicações da imprensa brasileira, no *Correio da Manhã*, no *Diário de São Paulo*, *Diário da Noite*, *Revista Veja*, *IstoÉ*, *Jornal da Repùblica*, *Jornal da Tarde*, e *O Liberal*. Foi responsável pela sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo* na Amazônia, onde consolidou sua carreira, atuando como repórter entre os anos de 1971 e 1988. Depois de 21 anos de trabalho na grande imprensa e na imprensa alternativa nacional, dedicou-se à produção do seu *Jornal Pessoal*, lançado em 1987 por falta de espaço para publicar informações privilegiadas que sabia que não seriam publicadas em nenhum outro lugar. O *Jornal Pessoal* é talvez o único periódico alternativo e independente que se manteve por longo tempo em circulação no país, com uma redação modesta composta por Lúcio, sendo o redator e diretor, e seu irmão Luiz Pinto como ilustrador, diagramador e distribuidor. Em seus 30 e tantos anos de história, nunca aceitou publicidade e nem disponibilizou assinaturas.

Tendo uma tiragem de apenas 2000 exemplares, sobreviveu da venda avulsa e em bancas de jornais em Belém do Pará.

Pela credibilidade do *Jornal Pessoal* e por sua carreira jornalística, recebeu o *Prêmio Wladimir Herzog* pelo conjunto da sua obra, prêmios *Esso* e *Fenaj* (Federação Nacional dos Jornalistas). Por seu trabalho em defesa da verdade e contra as injustiças sociais, recebeu em Roma, em 1997, o prêmio *Colombe d'oro per La Pace* e, em 2005, o prêmio anual do *CPJ (Committee for Journalists Protection)*, de Nova York. Foi considerado pela ONG *Repórteres Sem Fronteiras*, com sede em Paris, um dos mais importantes jornalistas do mundo.

É sociólogo, formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1973). Foi professor visitante (1983/84) do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida em Gainesville, EUA. Foi professor visitante no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará.

Lúcio acredita que a história da Amazônia atual está sendo escrita, da mesma maneira que os colonizadores do passado escreveram a história da África e Ásia. Por isso dedica-se a escrever sobre a região, com mais de 30 livros individuais publicados, todos sobre a Amazônia, e em sua maioria editados pela Edição *Jornal Pessoal*. É também co-autor de numerosas outras publicações coletivas, dedicadas à Amazônia e ao jornalismo.

Em 2019, por questões de saúde, Lúcio anuncia o fim do *Jornal Pessoal*. Sua memória vívida e corajosa amazônica continua alimentando seus blogs com artigos e arquivos.

<PROMPT> FOCAL LENGTH 16MM. F/11.1/60S. ISO 100. FILM STILL. POV OF AN IGAPÓ IN THE AMAZONIAN FOREST. IT IS POSSIBLE TO SEE THE RIVER AND THE SKY. AERIAL ROOTS CAN BE SEEN IN THE MARGINS. GIANT EXEMPLARS OF ONE SAMÁUMA TREE, BROMÉLIAS TOCHA DE FOGO, VITÓRIAS RÉGIAS AND ANINGAS DE VARZEA ARE ALSO PRESENT AND IT IS POSSIBLE TO SEE THEIR FLOWERS.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRANCO, Barão do Rio – *Efemérides Brasileiras*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1891.
2. RAIOL, Domingos Antônio – *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará Desde o Ano de 1821 até 1835*. Tipografia Imperial Instituto Artístico, Rio de Janeiro. Vol. I, 1865. Volume II, 1868. Volume III, 1883. Volume IV, 1864. Volume V, 1890. 2ª edição, 3 volumes, Universidade Federal do Pará, Belém, 1970.
3. VIANNA, Arthur Octávio Nobre – *Pontos de História do Pará*. Imprensa Oficial, Belém, 1950.
4. CALÓGERAS, Pandiá – *Formação Histórica do Brasil*. Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 4ª edição, 1945.
5. KERST, S. Gottfried – *Die Plata Staaten. Veit und Comp. Verlag*, Berlim, 1854.
6. MAGALHÃES, Basílio de – *Estudos de História do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.
7. RIBEIRO, Darcy – *Os Índios e a Civilização*. Editora Vozes, Petrópolis, 1977.
8. ERNAUX, Compans H. – *A Notice Historique sur La Guyane Française*. Firman Didot frères, Paris, 1843.
9. CABRAL, Mário Vasconcelos da Vilegá – *Companhias da Vilegá*. Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1929.
10. SCHMIDT, Maria Fulléy – *Nova História da Formação do Brasil*. Círculo do Brasil, 1992.
11. SERIACCI, Reinaldo, AZEVEDO, Gláucio Campos – *História: volume único*. Atica, São Paulo, 2009.

12. CLEARY, David – *Documentos Ingleses*. Secult/Imprensa Oficial do Estado, Belém, 2002.
13. PINTO, Lúcio Flávio. *Cabanagem – O massacre*. Editora Jornal Pessoal, Belém, 2020.
14. MARANHÃO, Haroldo. *Cabelos no Coração*. Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro, 1990.
15. SALLES, Vicente – *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Editora Paká-Tatu, Belém, 2004.
16. SALLES, Vicente – *Memorial da Cabanagem*. Edições Cejup, Belém, 1992.

EXPEDIENTE

- JORNAL PESSOAL
EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REDAÇÃO: Lúcio Flávio Pinto
EDIÇÃO: Giseli Vasconcelos, Thais Medeiros e Pedro Victor Brandão
LEITURA DE PROVA: Thais Medeiros
DESIGN E DIAGRAMAÇÃO: Tatiana Podlubny
DESENVOLVIMENTO WEB: Vitor Butkus
IMPRESSÃO: Gráfica Rotativa
TIRAGEM: 5.000 cópias
AGRADECIMENTOS: Marilene Pantoja, Natalie Summers, Luiz Pinto, Vanessa Vasconcelos e família Vasconcelos.

Nheenga Cabana é uma série de obras de Giseli Vasconcelos e Pedro Victor Brandão comissionadas para a exposição *Atos de revolta: outros imaginários sobre independência*, uma curadoria de Beatriz Lemos, Keyna Eleison, Pablo Lafuente e Thiago de Paula Souza, para o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro entre setembro 2022 a fevereiro de 2023.